



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2022 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2022

Afonso Lopes da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 004/2022, a ocorrer no dia 15 de junho de 2022 (quarta-feira), às 17h30 na Sala das Sessões desta Câmara Municipal.

- Projeto de Lei nº 021/2022, do Executivo Municipal, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2023, e dá outras providências;

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, em 08 de junho de 2022.

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente


Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.


Creusa Aparecida Gomes
Diretora Geral




Câmara Municipal de Jaguariúna

SECRETARIA

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
em Sessão de 21/06/2022

PRÉSIDENTE

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
em Sessão de 21/06/2022

PRÉSIDENTE

Processo Nº 058 Exercício de: 2022

APROVADO	
Favoráveis	12
Contrários	-
Abstenções	-
21/06/2022	 PRÉSIDENTE

APROVADO	
Favoráveis	12
Contrários	-
Abstenções	-
21/06/2022	 PRÉSIDENTE

ASSUNTO: _____

Projeto de Lei nº 021/2022, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2023, e dá outras providências;

Nome: Executivo Municipal

Anexado conteúdo de Audiência Pública realizada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade em 15 de junho de 2022.

ATUAÇÃO

Aos _____ dias do mês _____ de 20____, nesta cidade de Jaguariúna, na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê. Do que para constar, faço este termo.

Eu _____ Secretário, a subscrevi



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Audiência Pública para estudos do Projeto de Lei nº 021/2022 do Executivo Municipal que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária para o exercício financeiro de 2023, e dá outras providências, realizada no dia quinze de junho de dois mil e vinte e dois, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Vice-Presidente Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes. Secretários Srs. Ana Paula Espina de Souza Muniz e Cristiano José Cecon. Estavam presentes os Srs. Vereadores Afonso Lopes da Silva, Ana Paula Espina Souza Muniz, Erivelton Marcos Proêncio, Cristiano José Cecon, Francisco de Souza Campos, José Alaercio de Toledo Lima Junior, José Muniz, Rodrigo Reis de Souza, Romilson Nascimento Silva, Silvio Luiz Telles de Menezes, Walter Luís Tozzi de Camargo, Wanderley Teodoro Filho e Wilian Barbosa do Morrinho. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, onze pessoas, conforme consta na lista de presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal fez a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Erivelton Marcos Proêncio. O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Erivelton Marcos Proêncio, cumprimentou a todos e agradeceu a presença e que mais uma vez estavam lá discutindo um pouco de orçamento, daquilo que iria ser feito nos próximos anos, e que era uma peça extremamente importante para o Município; antes de iniciar aquela Audiência, o Presidente da Comissão fez a leitura do ofício que chegou na Casa sobre a lei das diretrizes orçamentárias. Terminada a leitura, a seguir, o Sr. Presidente explicou o procedimento para a realização da referida Audiência Pública, e que tinha todo um rito regimental para ser seguido, também que os Vereadores poderiam usar a palavra por cinco minutos, e que teriam que vir na tribuna, tendo a Secretária o mesmo tempo para responder os questionamentos, e que a réplica ficaria a critério da Mesa decidir se seguiriam ou não; e as pessoas presentes na Assembleia também poderiam usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto às Secretárias da Câmara presentes na Assembleia; pediu para que não fossem prolixos em relação a matéria que estava sendo discutida e era para discutir somente o que estava sendo pautado, que era a questão do orçamento de dois mil e vinte e três, as diretrizes que iriam direcionar a LOA que deveria vir após o recesso parlamentar; deu, naquele momento, a abertura oficial à Audiência

[Handwritten signatures and initials]



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Pública passando a palavra ao Sr. André Blanco Silvério - Diretor do Departamento de Compras que fazia explanações a respeito do projeto para posteriormente, levantar os questionamentos a respeito da lei de diretrizes orçamentárias. O Sr. André Blanco Silvério cumprimentou a todos e deu início a apresentação da LDO de dois mil e vinte e três e disse que era uma obrigação legal da Audiência Pública, demonstrando nos quadros expostos no telão, deu início às apresentações gráficas; entre as apresentações, a Secretária de Finanças abriu um parênteses dizendo que fizeram as Audiências do PPA no final de dois mil e vinte e um mas, precisamente em novembro e que dos valores previstos para dois mil e vinte e três, naquele momento, para os valores previstos na LDO, no hoje, onde a economia estava de outra maneira, aumentaram quarenta e sete milhões e quatrocentos e cinquenta e cinco mil e que, a maioria das Secretarias permaneceram com os mesmos valores; a seguir falou das Secretarias que modificaram os valores: Administração e Finanças teve três milhões, cento e trinta e seis mil, por conta do PASEP porque se aumentava a arrecadação, tinha que recolher um por cento da Receita Corrente para o PASEP, por isso tinha aumentando; Secretaria de Negócios Jurídicos era de dez milhões que era para o precatório que vieram valores maiores que somavam vinte e sete milhões, para dois mil e vinte e três; Secretaria de Educação, doze milhões trezentos e quinze mil, sendo oito milhões trezentos e trinta e cinco mil para o FUNDEB e, três milhões novecentos e oitenta para as Demais Despesas, dos vinte e cinco por cento, mesmo porque, além do FUNDEB iriam receber mais com o ICMS, mesmo com a redução do combustível; quinze milhões que foram para a Secretaria de Obras que era para os novos contratos de limpeza e manutenção, que estava saindo uma nova licitação e, mais seis milhões para a Secretaria de Saúde por conta do percentual da aplicação onde manteve o mesmo percentual; e um milhão e quatro para a Câmara Municipal; então os quarenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, foram distribuídos nas respectivas Secretarias e as demais permaneceram os mesmos valores, disse que era só para ter uma noção dos questionamentos porque todos os Secretários, na época, estiveram presentes; com a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva dizendo em relação a Secretaria de Mobilidade Urbana, onde tiveram um valor um pouco maior e o Secretário disse que tinham várias demandas que não foram atendidas e que sempre colocava aquela questão do Orçamento, ele não sabia se havia discutido alguma coisa, porque como ela falou, não iria mudar o valor; com a palavra a Secretária dizendo que, o valor para dois mil e vinte e três não iria mudar, o que mudou, deu um exemplo, ela iria falar depois que

J *[Signature]* *ASC*



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

seria o próximo slide que era a questão de investimento; deu um exemplo, no ano passado foi mostrado, no Meio Ambiente, em dois mil e vinte e dois quando fizeram o Orçamento, o investimento no Meio Ambiente tinha só um milhão seiscentos e trinta; quatrocentos e quarenta mil - do Tesouro e um milhão cento e noventa – Federal, no hoje, até o exercício de dois mil e vinte e dois até dezembro, iriam aplicar vinte seis milhões e quarenta e nove mil; a única coisa que já tinha e vinha em andamento era a ETA os demais era porque sobrou superávit do ano passado e foi aplicado nas prioridades do Município que foi colocado para eles naquele momento; a água era uma das prioridades, inclusive um dos investimentos que foi muito falado na época e que viam o problema e sempre faltava água, era a questão da adutora de água que era o Capotuna e Florianópolis, os dois mil e quinhentos metros e que estava para sair já a licitação e que tudo aquilo custaria oito milhões; então o Município atendia as demandas e tinha que manter a qualidade dos serviços mas, tendo o superávit como aconteceu no exercício passado, o superávit era aplicado, realmente em benefício da população onde se tinha até um entendimento em conjunto até com a Câmara Municipal e ele era investido de forma correta; e os investimentos naquele momento de dois vinte e vinte e três para o exercício, no hoje, eram os mesmos; daí o Presidente Erivelton disse então, que só foi corrigido da inflação e se aquilo estava correto?, a Secretária disse não, os investimentos que foram mostrados do PPA para o exercício de dois mil e vinte e três, para o exercício atual, eram os mesmos, com alterações nos valores que ela citou, na questão da Saúde foi para o hospital, de Obras que era um contrato grande de manutenção e limpeza que era, também, um questionamento e uma solicitação da Câmara Municipal, então foi aumentado quinze milhões na Secretaria de Obras, oito milhões trezentos e trinta e cinco, no FUNDEB, e três milhões novecentos e oitenta, nos outros vinte e cinco por cento, onde tinham outros serviços que teria um contrato grande de manutenção de todos os próprios da Educação e Saúde dos restantes do próprios municipais, que iriam demandar um valor maior dentro do Orçamento que era a questão de manutenção de todos os prédios; disse ainda que o Município iria lançar um programa de investimento, no próximos dias e que já não era da parte dela mas, era bem bacana; voltando a fala o Sr. André Blanco, deu sequência as suas explicações e mostrou o quadro das Despesas por Secretaria totalizando: quinhentos e trinta e cinco milhões e novecentos e quinze mil reais; no próximo quadro falava dos Principais Investimentos das Secretarias; totalizando: doze milhões novecentos e nove mil e setecentos reais. Naquele momento a Secretária abriu um parêntese quando o Sr. Afonso



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

colocou a questão da Mobilidade Urbana que para dois mil e vinte e dois, de investimento, tinha quatro milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, para a Mobilidade, que totalizava uma das maiores, inclusive com oito milhões novecentos e cinquenta e cinco; no próximo quadro falava das Despesas da JaguarPrev por Grupo de Despesa; totalizando: sessenta e seis milhões e quatrocentos e quatro mil; no próximo quadro falava das Despesas da Câmara por Grupo de Despesa; totalizando: sete milhões, setecentos e quatro mil; naquele momento, o Sr. André Blanco finalizou as explanações e devolveu, entregou a palavra ao Presidente da Comissão que deu continuidade aos trabalhos e o mesmo informou que havia recebido uma Emenda ao Projeto de Lei da LDO e que passaria à eles para que todos pudessem tomar ciência; naquele momento pediu à Secretária Ana Paula Espina de Souza Muniz, para que fizesse a leitura da referida Emenda. Terminada a leitura, o Sr. Erivelton pediu a Sra. Elisanita de Moraes para que fizesse uma retrospectiva do que tinha sido feito naquela emenda para que os demais colegas pudessem entender e, posteriormente, ele iria passar um relatório que levantaram naquela comissão para que os demais colegas pudessem ter ciência e elucidar os questionamentos deles a LDO; a Sra. Elisanita Moraes respondeu que, na realidade, foi encaminhado junto com a Emenda da LDO um projeto de lei de extinção do SAE que era autarquia e, simplesmente, eles tiraram e mandaram outros anexos porque excluíram os anexos que continham o SAE dentro da LDO e, no texto excluíram do artigo sessenta e quatro para frente, que eram os artigos que falava da administração indireta, uma vez que encaminharam o projeto de lei da extinção do SAE; ele continha um valor de três mil e trezentos reais que deixavam somente aberto as Receitas e as Despesas que era para equilibrar o Orçamento, tanto que ele era antes da LDO, seiscentos e treze, melhor dizendo, seiscentos e dez milhões, zero vinte e seis mil e trezentos; então, eles cortaram os três e trezentos e passou a ter só a Prefeitura, a Câmara Municipal e a JaguarPrev mesmo e era aquilo que foi encaminhado como substituição; naquele momento o Presidente da Comissão fez a leitura do relatório que foi levantado por eles e que todos sabiam que a LDO falava quais eram os principais programas da Cidade: "todas as despesas programadas devem ter suas fontes de recurso específica de forma que, na execução do Orçamento deverá ser indicada em cada Receita e Despesa, a fonte e o código de aplicação; um ponto importante era fiscalizar quando a LOA e demais projetos relacionados chegaram na Casa; outro ponto importante identificado no texto, era a possibilidade de aumento de despesa com servidores e que o Executivo poderá, desde que exista dotação orçamentária suficiente para tal,

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

encaminhar projetos de leis que promova concessão, absorção de vantagens; aumento de remuneração de servidores; a criação, aumento e extinção de cargos e/ou empregos públicos bem como a criação e alteração de estrutura de carreiras e salários; o provimento de cargos ou empregos e contratações emergenciais estritamente necessárias, respeitando a legislação municipal vigente; a revisão do regime jurídico dos servidores e a concessão de benefícios e auxílios aos servidores; com essas autorizações era possível que os novos projetos de aumento e reestruturação de cargos apareçam em dois mil e vinte e três o que merecia atenção para que a situação fiscal do Município não fosse comprometida; disse ainda que tinha um ponto importante que foi colocado na LDO que eram medidas de fomento a micro e pequenas empresas; e que o parágrafo único, do artigo dezesseis da LDO, autorizava o Executivo a estimular a participação de empresas de pequeno e médio porte no fornecimento de bens e serviços para a Administração Pública Municipal”; o Sr. Erivelton falou que aquela questão já foi discutida várias vezes naquela Casa e o quanto era importante que a Prefeitura criasse programas que estimulassem a contratação de serviços de pequenas e médias empresas da Cidade para que o dinheiro do Município pudesse circular na Cidade; continuando a leitura disse que: “além disso ficam autorizadas medidas que facilitam e desburocratizam aberturas e funcionamento das empresas como o concessão de incentivos fiscais e a simplificação de projetos; também tinha a questão da Reserva de Contingência que era um montante de recursos separados no Orçamento para cobrir situações imprevistas e deveria corresponder a um por cento da Receita Corrente Líquida prevista para dois mil e vinte e três; além disso, caso essa Reserva não fosse utilizada até o dia trinta de junho de dois mil e vinte e três para os fins estabelecidos, ela poderá servir como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares”; o Sr. Erivelton disse que aquilo era para ficar exposto, claro e para ciência dos demais colegas em relação aquelas Reservas; continuando a leitura: “o remanejamento de recursos e os limites: a LDO autoriza a abertura por Decreto de transposições, remanejamentos e transferências de uma categoria ou órgão para outro em até quinze por cento da despesa total fixada para garantir maior transparência para os possíveis remanejamentos, era importante que estivessem sempre cobrando para que a Prefeitura peça a autorização da Câmara Municipal para fazer remanejamentos mostrando a origem daqueles recursos de remanejamentos que estejam acima daquilo que era previsto; disse que era claro e já garantido por lei e devia ser feito daquela maneira; créditos adicionais e limites: a LDO estabeleceu limite até o valor da Reserva

9
[assinatura]
JSC



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

de Contingência para abertura de créditos adicionais; essa parte quando comparada com os limites para remanejamento de despesas pode trazer alguma confissão aos créditos suplementares que seriam abertos de dotação orçamentária de uma área específica para garantir mais recursos em outra”; naquele momento o Presidente Erivelton disse que aquilo era uma pergunta para a Secretária e lendo a seguinte questão: “esses créditos seriam o limite de Reserva de Contingência ou os quinze por cento da Despesa mencionada, anteriormente?; a Secretário respondeu que estava fora; voltando a leitura: “regras com despesas com publicidade, o artigo vinte e sete estabelece que a Prefeitura deve gastar somente o necessário para divulgação institucional de investimentos, serviços públicos, campanha de natureza educativa ou preventiva, excluídas as despesas com a publicação de editais e outras publicações legais”; com a palavra o Sr. Erivelton dizendo que aquelas despesas com publicidade, normalmente apresentavam altos valores em diversos municípios; continuando com a leitura disse que, as demais autorizações dadas ao Executivo e autarquias municipais; os últimos artigos da LDO estabelece autorização como participação em Consórcios Intermunicipais, convênios e a realização e desapropriações para o Executivo, bem como autoriza autarquias a abrir créditos adicionais e contrair empréstimos, se necessário; essas autorizações deveram ser examinadas, caso a caso, futuramente se o Executivo mandar os projetos de lei; sobre os projetos e programas governamentais, Orçamento total previsto: segundo a LDO as Receitas e Despesas serão de seiscentos e dez milhões, vinte e seis mil e trezentos, com isso a um aumento de onze vírgula trinta e quatro por cento, no Orçamento total de dois mil e vinte e dois a dois mil e vinte e três a considerar os índices inflacionários utilizados pela Prefeitura; comentário geral sobre alguns programas: não há detalhamento suficiente em alguns programas que serão desenvolvidos; naquele momento disse que iria aproveitar a presença do Presidente da Câmara para que pudesse explicar para eles o que seria aquele gasto com a manutenção legislativa para que estava prevista de um milhão, trezentos e sessenta; então ele pediu ao Sr. Presidente para explicar o que seria feito e o que estava planejado para dois mil e vinte e três; com a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva desejando boa a noite a todos e disse que, na Casa tinha alguns problemas principalmente, na questão de Recursos Humanos, na Casa tinha poucos funcionários, alguns departamentos funcionavam de forma precária por falta de funcionários e que tive um pedido de um motorista para sair; a limpeza era uma outra questão, tiveram no ano passado que fazer um processo seletivo para contratar três pessoas para a limpeza porque estavam



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

preocupados com a questão da COVID, da Câmara manter a limpeza e que não podia ficar somente com uma pessoa que, inclusive, não era da Câmara, era emprestada da Prefeitura e um prédio daquele tamanho, somente com uma pessoa era complicado; então tinha uma defasagem na questão do número de funcionários e, também, tinha que resolver a questão da limpeza; então estavam num processo de terceirizar a limpeza que já estava num processo de licitação e a ideia era contratar uma empresa para fazer a limpeza da Casa sem necessariamente de ficar com aquele vínculo que tinham com a Prefeitura e, também, a questão de fazer um concurso público que, também tiveram um problema porque teve que contratar uma empresa para elaborar o novo organograma, porque se fosse fazer o concurso com o atual organograma, só poderia fazer para motorista e não para os demais cargos; ao invés de fazer vários concursos iria fazer só um para abranger vários cargos; então a ideia era fazer o concurso e, no próximo ano teria que cobrir, se desse tudo certo a contratação da empresa e da limpeza e a contratação do funcionários, através de concurso, basicamente aquilo ficaria para o próximo ano, então tinha que cobrir as despesas com as duas, tanto a limpeza quanto a questão do concurso; então o um milhão era, praticamente para cobrir aquelas duas questões e que não poderiam ter a ilusão que iriam conseguir tudo, tanto a limpeza e o concurso mas, esperavam que sim mas tinha a questão burocrática para contratação e licitação mas, basicamente era aquilo tinha uma defasagem muito grande na Casa e que todo mundo sentia aquilo da falta de servidor para fazer o trabalho; voltando a palavra o Sr. Erivelton perguntou se tinha mais alguém que gostaria de questionar o Presidente em relação ao Orçamento que estava previsto, as diretrizes que estavam previstas na LDO; com a palavra o Vereador José Alaercio de Toledo Lima Junior perguntando se tinha uma programação para normatização das leis do Regimento Interno, ele sabia que foi feito recentemente mas, ainda existiam alguns problemas e perguntou se existia algum projeto para modernização ou informatização de tudo, deu um exemplo, de materiais não serem mais escritos, assinaturas eletrônicas, ou seja, modernização de informática e se tinha alguma previsão; com a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva dizendo que aquela questão não tinha avançado, de certa forma, ficou envolvido na questão da pandemia e tiveram que tomar várias medidas para elaborar as questões que foram ditas anteriormente; então ficaram, basicamente em cima daquelas duas questões mas, que estavam fazendo algumas discussões com a Diretora Geral da Câmara vislumbrando aquilo mas, de concreto não tinha nada para ser feito naquele ano; tinham toda uma preocupação e que já fizeram várias consultas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

com empresas que trabalham com aquilo no setor público e que vieram conversar no rol daquela questão da modernização dos processos, estavam conversando e não tinha nada de concreto, elaborado mas estavam fazendo toda uma consulta e disse que o próximo Presidente iria ter muito trabalho porque a ideia era deixar tudo plantado para o próximo Presidente tocar aqueles projetos; mas no ponto de vista prático ele tinha que ser honesto porque não tinha nada o que tinha eram aquelas elaborações e estudos para que, em algum momento, conseguisse dar um pontapé inicial; novamente com a palavra o Vereador José Alaercio dizendo que, precisariam de cálculos técnicos mas, imaginava que um milhão e setecentos seria suficiente, pelo menos, para começar o processo além das contratações, agradeceu; o Sr. Presidente perguntou se tinha mais algum Vereador que gostaria de usar a palavra; a seguir pediu a palavra a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz perguntando ao Presidente se aquilo já estava incluído equipamentos eletrônicos, cadeiras; o Presidente disse que, na verdade, aquelas questões estavam previstas no Orçamento da Câmara a questão do material; aquele valor era, basicamente a questão do concurso e a terceirização da limpeza; naquele momento, o Sr. Presidente da Comissão de Orçamento disse que daria seguimento e em relação aos questionamentos à Secretária iria responder pelos demais Secretários; a Sra. Secretária lembrou, ainda, que o Silva falou que o valor total era só para aquilo e lembrou que, quando da elaboração do Orçamento que era mais detalhado, poderiam até modificar aquele valor fazendo novos estudos para baratear e que poderia, no momento, colocar a dotação para a aquisição dos equipamentos, se fosse o caso; o Sr. Presidente disse que estava perfeito e agradeceu pela exposição a respeito daquela situação, era claro que, realmente, a LDO não definia diretamente os programas, mas ela dava um norte para que pudessem depois para discutir a Peça Orçamentária e que era importante olhar ponto a ponto; voltando a leitura: "Publicidade e Propaganda do Departamento de Comunicação que estava previsto um milhão e meio para publicidade o que apresentava um valor consideravelmente alto devido o tamanho da Cidade e as determinações da LDO sobre o que deve englobar as Despesas com essa atividade; o Presidente da Comissão devolveu a palavra à Secretária dizendo à ela se poderia falar um pouco sobre aquela questão do um milhão e meio e, se realmente eram utilizados, se era no ano todo ou tinha sobra daquele valor previsto; a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes respondeu que, na realidade, era uma previsão dos anos de dois e vinte, dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, eram os mesmos um milhão e meio e que até trouxe um relatório do Orçamento de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

dois mil e dezesseis e que naquele ano já havia uma previsão de um milhão e oitocentos, então foi diminuído, não quer dizer que utilizavam aquele Recurso e achava que não tinham utilizado aquele valor total ou não, mas estava em processo de licitação uma contratação de uma agência para fazer aquele tipo de trabalho; o Presidente da Comissão perguntou se era possível exemplificar o que seria a questão de publicidade e propaganda e quais eram os programas que eram desenvolvidos dentro da Secretaria de Gabinete com aquilo; com a palavra a Secretária que disse que não conseguia detalhar a fundo porque não pertencia a Secretaria dela, e era por isso que tinha uma rubrica, era determinado uma rubrica separada porque que o Tribunal de Contas vinha, analisava e fiscalizava e que nunca teve um apontamento referente a publicidade mesmo porque, tinha que ter uma rubrica separada e que em todas as fiscalizações não houveram apontamento nenhum na questão das despesas com publicidade, então, eram realizadas corretamente; com a palavra o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior que perguntou se existia um regramento legal para qual tipo de publicidade pois, dava cento e vinte mil reais por mês em publicidade se fosse dividido por um ano, mais ou menos; a Secretária disse que daí englobava tudo, a questão da Saúde, da Educação, da publicidade em TV, rádio, jornais e todo tipo de publicidade; com a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que fez um questionamento a respeito da publicidade da Prefeitura e perguntou se quando fazia uma publicidade para a Saúde o gasto era do Gabinete e a Sra. Elisanita prontamente respondeu saia era da Secretaria de Gabinete; então o Sr. Afonso Lopes da Silva disse que deveria repensar aquilo e cada Secretaria teria que ter uma verba para a questão da publicidade; com a palavra o Presidente da Comissão dizendo que teria que remanejar, teria que tirar do Gabinete e dar para cada Secretaria; o Sr. Afonso Lopes da Silva disse que teve uma mudança na Prefeitura, no primeiro mandato do Prefeito Gustavo Reis, existia a Secretaria de Comunicação que tinha uma dotação "tal" e tinha a Secretaria de Gabinete e o que aconteceu, na verdade, acoplou com a Secretaria de Gabinete, então ficou uma Secretaria robusta; então, a questão da Comunicação por Secretaria, não sabia se encontrava centralizado na Secretaria de Gabinete, então tinha que falar aquilo porque, às vezes, achavam o valor muito alto mas, na verdade, era de toda a administração, então toda a Administração em relação a publicidade, saia tudo do Gabinete; a Secretária disse que o Departamento de Comunicação era dentro do Gabinete; o Presidente da Comissão perguntou se tinha mais algum questionamento e deu sequência na leitura: "Gestão de Rádio Fusão Educativa, novecentos e quarenta e cinco mil e quatrocentos previstos";



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

o Presidente perguntou de qual maneira era usado e quais eram os projetos da Rádio para dois mil e vinte e três; com a palavra a Secretária Elisanita Moraes dizendo que, setenta e cinco por cento era pagamento de Pessoal e os outros vinte e cinco por cento era para manutenção dos serviços da Rádio; com a palavra o Sr. José Alaercio de Toledo Lima que disse não ter entendido e a Secretária falou que, setenta e cinco por cento do total do orçamento da Rádio era só para pagamento de Pessoal e Encargos dos profissionais que trabalhavam na Rádio e os demais, vinte e cinco por cento, era para manutenção dos serviços durante o exercício; com a palavra a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz que perguntou a Sra. Elisanita qual era a manutenção e a Secretária respondeu que quando queimava ou quebrava um equipamento aquele valor estava previsto, a questão da energia, todo material de consumo que eles utilizavam; a Vereadora perguntou ainda a quantidade de funcionários da Rádio e a Sra. Secretária disse que não sabia, mas que poderia anotar e, posteriormente, trazer a informação; o Presidente da Comissão perguntou se alguém mais tinha algum questionamento e seguiu para o próximo tópico: "Gabinete do Secretário de Governo, foi analisado que tinha um custo elevado para gabinete do Secretário de Governo em comparação com o gabinete do Secretário do Prefeito que era de três milhões e quinhentos e do Secretário era de seis milhões e novecentos, separados para aquele fim; quais eram as tarefas e os custos no gabinete do Secretário de Governo; a Secretária disse que, sessenta e sete por cento do total das Despesas era com o pagamento de Despesas com Pessoal e Encargos, fora aquilo estavam juntos a Secretaria de Governo, a manutenção de todos os departamentos: DEESMT, Rh, Protocolo, Atende Fácil, Cartão Cidadão, Departamento de Técnica Legislativa, Expediente e Registro, Ouvidoria, Procon, Poupatempo e a JaguarPrev; e que a JaguarPrev, diferente do que os nobres Pares pensavam, não pagavam nenhuma despesa administrativa com os Recursos da Previdência, somente aposentadorias e pensões; então toda a manutenção da JaguarPrev em si e todos os sistemas e todas as contratações necessárias para aplicar direito os recursos e tudo, saiam do Gabinete do Secretário de Governo por isso o valor era elevado; naquele momento o Presidente da Comissão convidou o Secretário Valdir Parisi para fazer parte da bancada; dando continuidade o Presidente da Comissão falou sobre o subsídio do transporte coletivo que girava em torno de quatro milhões e oitocentos; perguntou o que era feito com aquela quantia e se tiveram melhorias nos últimos anos no transporte público municipal e se haveriam outras medidas a serem tomadas para gastar melhor aquele recurso de quatro milhões e oitocentos; com a palavra a Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

disse que o valor, a parte do subsídio, pagava o total da passagem dos idosos, no hoje, de idosos de sessenta a sessenta e quatro anos, era de cinco mil e setenta idosos, pegando a base do mês de maio, e acima de sessenta e cinco anos, eram doze mil oitocentos e trinta e quatro, totalizando dezessete mil novecentos e quatro idosos e, mesmo porque pagavam uma parte da tarifa que lá em dois mil e dezesseis que era três e oitenta, pegando por base nos últimos exercícios, dois e cinquenta o usuário pagava e o Município pagava um e trinta, no hoje, de cinco e vinte e sete, o usuário paga dois e cinquenta e o Município paga dois e setenta e sete; em dois mil e dezesseis era de trinta e quatro vírgula vinte e um por cento, do total da passagem, no hoje, era de cinquenta e dois vírgula cinquenta e seis por cento, do total da passagem, no hoje, eram transportados cento e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e nove passageiros; com a palavra a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz que perguntou a Secretária porquê se pagava o subsídio ao idoso sendo que o idoso tinha direito à gratuidade; a Secretária disse que era gratuito acima de sessenta e cinco anos, de acordo com a lei, mas os demais abaixo daquilo, o Município pagava, ele quis pagar acima de sessenta, mas a lei Federal era acima de sessenta e cinco; a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz então perguntou se era de sessenta a sessenta e quatro que o Município pagava e não de sessenta a sessenta e cinco; a Secretária disse sim, e que os sessenta e cinco era só a quantidade dos usuários, doze mil, oitocentos e trinta e quatro; disse que só estava falando aquilo porque pediu as respostas aos Secretários e tinha que repassar; disse ainda sobre questão dos benefícios dos serviços de transporte que era a renovação total da frota que estava em andamento, com ônibus maiores, confortáveis, sinal de Wi-Fi, GPS, tecido antibacteriano e ar condicionado, ampliação de rotas e horários, os subsídios que era acima de sessenta até sessenta e quatro anos, disponibilização da aplicativo gratuito para acompanhamento e tempo real de todas as rotas, implantação e possibilidade de utilização de veículo tipo van, em linhas de menor demanda; novamente com a palavra a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz perguntou se seria renovação total da frota e qual cidade; a Secretaria disse que a renovação total da frota estava em andamento; a Vereadora pediu, então para repassar ao Secretário pois foi trocado quatro ônibus até o momento; a Secretária disse que ele escreveu que estava em andamento, se estava em andamento e foram trocados quatro, entendia que iriam continuar com a renovação, era o que entendeu; naquele momento o Presidente da Comissão perguntou se tinha mais algum questionamento em relação àquela questão; novamente a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz perguntou a Secretária se



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

teve aumento na tarifa ou reajuste; a Secretária respondeu que parecia estar em andamento um processo e perguntou ao Sr. Valdir Parisi; com a palavra o Presidente da Comissão que lembrou, inclusive, que aprovaram a lei e que aquilo deveria passar pela Câmara e pelo Conselho Municipal de Mobilidade Urbana; então pediu ao Secretário Valdir Parisi, por favor, que levasse novamente o recado ao Conselho; a Secretária disse que não era Conselho e sim, a Comissão que passou, mas o Presidente disse que deveria passar pelo Conselho e tinha que fazer a nomeação dos membros que não foi feito até o presente momento; a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz disse que não foi feito e que estariam vindo apresentar, de seis em seis meses, sobre o ônibus que, no hoje, era quilômetro rodado e que não vieram até o momento; o Presidente da Comissão disse que, após o recesso deveriam convocar uma Audiência Pública; naquele momento a Sra. Secretária perguntou ao Sr. Valdir Parisi se já foi feita a nomeação da Comissão; mas o Sr. Erivelton Marcos Proêncio disse que a Comissão era uma coisa e o Conselho era outra, então era aquilo que estava sendo pautado lá e pediu mais uma vez ao Secretário Valdir Parisi que levasse o recado e que aquilo foi falado várias vezes lá e que não foi tomada nenhuma providência para resolver aquela situação já que eles necessitavam daquilo até para tocar os trabalhos na Audiência Pública que iria tratar do assunto da lei do quilômetro rodado; novamente a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz fez um questionamento e disse que quando foi passada na Casa a lei do quilômetro rodado, salvo engano, foi falado que não teria reajuste e que o quilômetro rodado daria para manter, ela não sabia se eles lembravam que o Secretário da época, o Josino, passou aquilo para eles; e foi dito que, automaticamente se voltasse a cem mil passageiros o repasse iria abaixar; a Secretária disse que talvez não fosse um reajuste, talvez fosse um reequilíbrio pelo preço dos combustíveis, ela não sabia, lembrava que o processo estava em andamento e que talvez um reequilíbrio do contrato era por conta do aumento do combustível e que todos estavam sentindo no bolso e que aquilo era real; com a palavra o Sr. José Muniz que disse que ficou sabendo que ele entrou com o pedido do reequilíbrio e foi aquilo que falou, realmente que era devido ao aumento do combustível daí o Vereador disse a ele que todos estavam pagando e não tinha como pedir reequilíbrio de combustível e quando foi aprovado o quilômetro rodado foi na promessa de que o repasse da Prefeitura iria, automaticamente, abaixar devido o quilômetro rodado; então a Audiência Pública poderia esclarecer para ver como estava aquilo; com a palavra a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz que disse que foi aquela a promessa no dia que teve a Audiência, a Sra. Karina, o Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Josino da Silva e a Metrópolis passaram e que através do quilômetro rodado iria abranger as áreas que não estavam indo e iriam abaixar o valor do repasse; com a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que desejou boa noite a todos e disse a Secretária que era um prazer recebê-la na Casa e que era sempre esclarecedor os apontamentos e as colocações dela e que a equipe, realmente era muito competente; e fez uma colocação aproveitando o assunto de combustíveis, transporte coletivo e disse que tiveram, recentemente uma medida tomada pelo Governo Federal para redução dos impostos dos combustíveis para dezessete por cento de ICMS, e perguntou a Secretária se seria possível pensar em alguma redução, também do combustível em nível municipal dos impostos que cabiam a eles, deu um exemplo, ISSQN para ajudar o morador de Jaguariúna a ter um combustível mais barato na cidade, cobrar dos postos, enfim, uma contribuição importante pois o momento era decisivo e necessário; disse ainda, que o Governo Federal não media esforços para aquilo e que o Presidente mostrava muito a redução de impostos como uma medida para combater aquela inflação assustadora que assolava porque ficamos muito tempo em casa e, infelizmente, a economia não acompanhou o mesmo ritmo; então perguntou a Secretária se seria possível algum estudo naquele sentido para propor alguma coisa; a Sra. Secretária disse que, na realidade, no quesito combustível não incide o INSS porque era um imposto sobre serviços, qualquer alíquota que diminuísse ou qualquer coisa que fizesse em relação a Receita, que diminua, era uma renúncia de Receita e se era uma renúncia de Receita, o artigo catorze, da Lei de Responsabilidade Fiscal, dizia que tinha que colocar outra no lugar, então se diminuísse uma tinha que colocar outra e acabava não compensando, daí tinha que fazer um estudo geral dentro de todo o Código Tributário, mas na questão do combustível não tinha ISS, não coincide; novamente o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo disse que o combustível era um produto final e que era tributado pela União e pelo Estado, o ISS era o serviço e a Secretária disse que o ICMS eles recebiam, sim; e o Sr. Walter disse que quem tributava era o Estado que repassava e a Secretária disse que era o Estado; dando continuidade a fala o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo disse que o ISSQN poderia afetar o setor dos combustíveis nos serviços prestados pelos postos de gasolina do Município e que a ideia seria aquela, usar aquele tributo municipal que nos facultava e, tentar favorecer o setor para tentar diminuir o preço dos combustíveis em Jaguariúna e que era uma proposta para levar ao Prefeito Gustavo Reis e pensar sobre aquilo, pois estariam pensando no povo, literalmente; o Sr. Erivelton Marcos Proêncio disse que até com a questão do IPTU; a Secretária falou que o ISS era sobre os



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

serviços que o posto prestava, se ele tinha serviços de lavagem, dentre outras coisas, era muito pouco e que não compensava trabalhar porque não afetaria nada em relação ao combustível, o imposto; a seguir, o Sr. Afonso Lopes da Silva falou sobre a questão do combustível e pelo que sabia o preço era federalizado e ele não conseguia ver como o Município poderia entrar naquela, melhor dizendo, na composição do combustível, se teria que mudar a lei federal, estadual e que a única coisa que precisava era um melhor estudo com relação aquilo, como era uma coisa que dependia do Estado e da União, perguntou como o Município iria entrar para abaixar o preço do combustível; a seguir, a Sra. Secretária disse que, inclusive na proposta da União, eles iriam repassar para os Estados e que os Estados diminuiriam com a isenção, então não chegaria, não afetaria o Município, no caso da arrecadação, mas a população, sim diminuiria na questão do combustível; a seguir, o Sr. Erivelton Marcos Prôencio perguntou se mais alguém tinha algum ponto a ser considerado em relação aquilo e, continuou a leitura da próxima rubrica: "Gestão do Fundo de Assistência Social, o que será feito com os quinze milhões, cento e setenta e sete e seiscentos separados para a Gestão do Fundo que tinha como meta física quarenta e duas mil unidades?; seriam unidades relacionadas a que objeto?"; a seguir, a Sra. Secretária disse que, na realidade, seriam os atendimentos e do total, quarenta e quatro por cento eram gastos com Pessoal, obrigações e auxílio alimentação; doze por cento, eram repasses as autoridades como o AJJA com noventa vagas para adolescentes; Associação Amigos do Padre Gomes, sessenta crianças e sessenta idosos; APAE com sessenta pessoas portadoras de necessidades especiais e o Projeto Lar Feliz, com vinte e seis vagas de acolhimento de crianças e adolescentes; também vinte e dois por cento do valor total como distribuição gratuita, Programa Benefício Eventual, cesta básica completa para setecentas famílias, por mês, oito mil e quatrocentas famílias anual; a cesta básica emergencial, eram quatrocentas famílias, por mês, quatro mil e oitocentas anual; leite integral e desnatado, trezentas famílias, por mês, três mil e seiscentas famílias anual; mil cobertores em média; recarga de gás, eram cem famílias ao mês, mil e duzentos famílias anual; energia elétrica, mil e duzentas famílias anual; kit de higiene, mil e quatrocentos famílias anual; kit de limpeza, mil quatrocentas famílias, anual; kit natalidade, oitenta famílias; oitenta passagens, por mês, novecentas e sessenta pessoas anuais, cuidadores de idosos, noventa e duas pessoas, por mês, mil cento e quatro, de uma média anual e o programa aluguel social, uma média de cento e seis famílias por mês, totalizando mil e duzentos e duas famílias que compõe os vinte e dois por



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

cento mais onze e meio por cento de atendimento da proteção social de alta complexidade para idosos onde tinha a Clínica Terapêutica e hospedagens de idosos que era a Terça da Serra que, no hoje, abrigava trinta e quatro vagas; dez e meio por cento eram custeios, lanches e insumos para oficinas e professores; no CRAS – Cruzeiro o Sul com oitocentas e cinquenta famílias, dentro do dez e meio por cento; CRAS Nassif, setecentos e cinquenta famílias; CRAS- Florianópolis, quinhentas famílias e a Proteção Social Especial, quinhentas e cinquenta famílias, que eram serviços especializados para pessoas em situação de rua. Terminada a explanação da Sra. Secretária, o Sr. Presidente da Comissão perguntou se alguém tinha mais algum questionamento; a seguir, o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior disse que não se lembrava, mas tinha um valor para investimento da Assistência Social nesse ano e perguntou se daria para precisar, se pensavam em um novo CRAS, por exemplo, e que era um valor separado para investimento, ele não lembrava a porcentagem; a Secretária disse que tinha quarenta mil para material, melhor dizendo, cem mil para equipamentos e material permanente, cinquenta e um mil para reforma e ampliação do próprio deles; voltando a palavra o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior disse que tinha cento e cinquenta mil, na verdade e a Secretária disse que era aquilo. O Presidente da Comissão perguntou novamente se tinha mais questionamentos e, novamente o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior disse que tinha uma observação e falou que o número de famílias atendidas pela Assistência Social em Jaguariúna, era impressionante e que dava dez por cento da população de Jaguariúna, dependentes eram dez por cento daí a Secretaria disse que crescia a cada dia e que depois da pandemia estava, realmente muito alta; a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz disse que, naquela semana chegou uma família com nove pessoas que vieram de Alagoas e que foram direto para o CRAS e a Secretária disse que vinham porque as pessoas falavam que eram bom, então vinham; ela falou que nos trinta e dois anos de Administração pública e que já passou por várias Prefeituras ela falava que Jaguariúna não era mãe, era avó porque era a que adoçava, dava mais coisa, mais presentes, então, costumava dizer que Jaguariúna era avó; pediu novamente a palavra o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior que fez mais uma observação do mesmo assunto e que aquilo deixava ele muito triste porque assistencialismo não era, na opinião dele, uma forma adequada de trabalhar, de tornar, ele não sabia se era exatamente aquela a margem, porcentagem, mas dez por cento da população de alguma forma dependente da Prefeitura, era terrível, teriam que inventar uma forma do Legislativo junto ao Executivo para o futuro, uma



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

forma de fazer com que aquelas pessoas andassem com as próprias pernas; disse ainda que tinha uma música muito antiga de história de esmola, pediu até desculpa pelo termo forte, “a esmola ou envergonha o sujeito ou vicia o cidadão”, então, precisava corrigir a linha dali para frente; a Secretária disse que eram muitas famílias vindo de fora, mensalmente, para o Município e era aquilo que não acabava, não diminuía a quantidade de famílias atendidas, aumentava porque eram muitas pessoas vindo de fora para o Município; a seguir, o Sr. José Muniz perguntou a Secretária sobre a Casa de abrigo se era pela Assistência Social e a Secretária disse que sim; naquele momento surgiram dúvidas quando a outra Casa de Apoio que não recebia repasse e a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz disse que aquilo era preocupante, pois na madrugada quando pegavam moradores de ruas, eram levados para lá, o Município levava para a Casa de Passagem, mas que não recebiam repasse; a seguir, o Sr. Afonso Lopes da Silva explicou que, na verdade, estavam começando uma parceria, um trabalho e pelo que a Secretária de Assistência Social disse, eles ajudavam muito naquela questão, principalmente os moradores de ruas que, na verdade, quem mantinha aquela Casa era a igreja católica, através de uma Pastoral, então tinha a questão que era ligada à igreja e que estavam começando aquela parceria para ver como iriam construir aquilo; novamente o Sr. José Muniz disse que a preocupação dele, inclusive até conversou com o pessoal da Guarda, parece que o Governo do Estado tinha feito um convênio com o Instituto Bairral e que estava indo ônibus cheio e que o Instituto recebia o mês inteiro pessoas e que algumas fugiram e que ninguém foi atrás, inclusive, foi falado que em Jaguariúna, na linha do trem onde tinha um monte de pessoas, inclusive eram pessoas que estavam vindo de lá para cá e estavam ficando na cidade; então aquilo era preocupante e que a Guarda disse que estava saindo até fora do controle deles porque eram tantas pessoas; então era preciso ver como estava funcionando aquela Casa e, se realmente, era para vir e tomar banho ou só na época do frio, era preciso saber como estava sendo tratado aquilo porque era preocupante para o Município; a seguir, a Sra. Secretária disse que tinha uma informação da Secretária da Assistência Social – Andrea Lizun que estavam fazendo uma parceria com a Casa de Passagem; a seguir, o Sr. Presidente da Comissão disse que ele, particularmente, não conseguia nem questionar o trabalho deles porque já ficou explícito que não tinha nenhum recurso público direto envolvido, era feito totalmente com recursos privados de pessoas de bom coração que doavam partes de seus recursos para que fosse aplicado na Casa e, talvez fosse um exemplo de que a iniciativa privada fazia muito melhor, várias coisas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que o Poder Público conseguia fazer; disse ainda para imaginar se sobrasse mais dinheiro no bolso, talvez a questão filantrópica fosse muito melhor desenvolvida no País; só para complementar a Secretária Elisanita disse que a Secretária de Assistência Social disse que iriam comprar vagas da Casa de Passagem; a seguir o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo fez uma colocação sobre a Casa de Passagem onde começaram um projeto extremamente dedicado e com amor e sem recurso nenhum, principalmente com as doações e com a obra assistencial da igreja católica que fomentava aquele projeto em alguns lugares; e que depois de muita luta foi a questão da regularização da documentação para que pudessem habilitar em qualquer tipo de venda de vagas, para o Poder Público, também, que fazia o uso daquilo e que ainda não estava efetivado, mas que seria um caminho futuro, mas mesmo assim, ela continuava de portas abertas, não parava em momento algum porque tinham pessoas muito sérias a frente daquela Casa que faziam com muito amor, dedicação e, principalmente, responsabilidade financeira que era a coisa mais importante num momento de crise que viviam; a Secretária disse que estavam faltando documentos, por isso não foi feita a parceria antes e, no hoje, estava ok e que estava comprando as vagas e elaborando o termo de parceria; o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo disse que a Assistência Social fazia um trabalho significativo com os moradores de rua e que aquilo era um problema da RMC e que não estava sendo tratado só em Jaguariúna, as vinte cidades estavam com o trabalho integrado para aquilo, em virtude do problema ter aumentado nos últimos tempos; a questão da droga era um gravíssimo problema e foi discutido na reunião da Segurança Pública onde ele e o Vereador Silvio Luiz Telles de Menezes estavam participando das discussões com todos os órgãos da Segurança e achava que a questão das drogas, e alguns estudos mostravam, que em países mais desenvolvidos que o nosso, as crackolândias que se formavam em virtude dos usuários se resolviam de duas maneiras, nos países mais desenvolvidos, repressão policial severa e dura e, também, tratamento médico para os viciados e que aquilo aconteceu nos Estados Unidos, Alemanha e outros países que usaram aquelas metas e que São Paulo estava gatinhando para chegar num denominador, estavam vendo algumas ações diferentes do que estava sendo feito, pois jogava debaixo do tapete fingindo não existir; disse que Jaguariúna era pequena, e que estava combatendo, e que viu numa operação da Guarda Municipal, no meio do mato, onde as pessoas estavam se abrigando igual bicho; então acreditava e disse que a Assistência Social era muito participativa, tinha plantão e atendia sempre e que os doutores Marcelo e Ana Paula vinham fazendo internações compulsórias



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

bastante volumados, ele, como advogado, fazia tempo que não via tanta internação compulsória e que a Polícia Municipal e Militar, também estavam em cima, mas não era um problema fácil, pelo relato que ouviu na reunião até em redes sociais do Comando do Guarda, estavam migrando, vindo de outra cidade e que não era só de Jaguariúna, então, tinham que dar a resposta lá, mas o problema tinha que ser discutido na RMC, aliás o Prefeito era Presidente da RMC e que era importante aquela discussão dentro da RMC porque estavam vindo de outras cidades porque Jaguariúna era uma mãe gigantesca, uma avó, como disse a Elisanita, mas era um problema que tinha que ser feito com repressão policial, também; a seguir, o Sr. José Muniz disse que chegou onde ele tinha dito, precisava ver, realmente, o que aquela Casa de Abrigo estava fazendo, porque se fosse para abrigar aquelas pessoas, também, precisava fazer um tratamento mais adequado; a Secretária disse que abrigava para dormir, tomar banho, comer e depois iam embora; o Sr. José Muniz disse que, além de abrigar, utilizavam da UPA, naquele momento o Sr. Walter disse que eles ficavam no meio do mato, estavam na cracolândia que se formou por lá e aqueles que estavam lá, que praticavam crimes, furtos e roubos eram aqueles que estavam lá; o Vereador José Muniz disse que tinha os que ficavam no mato, pois sabiam que tinha e aqueles que estavam indo na Casa para tomar banho, comer e ficavam saindo e voltando e, inclusive, procuravam pelo Pronto Socorro a UPA e que faziam escândalo para usar a ambulância para ir embora, estavam tendo problemas com aquilo e que não era pouco, era aquilo que ele estava falando, às vezes, queriam solucionar um problema e estava trazendo outro; o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo disse que não eram outros, tinha que resolver o problema efetivamente, o Município tinha que pegar os drogados e internar, os bandidos prender, tinha que ter polícia, baixar o cacete em quem era vagabundo e os doentes serem tratados pela saúde, se ficar passando a mão toda hora iria virar São Paulo, empurra da Praça Princesa Isabel, cracolândia, para Sé, para o quinto dos infernos e ninguém resolvia; o Vereador José Muniz disse que, se Jaguariúna continuasse como mãe ou avó, era aquilo que iria acontecer, pois as pessoas falavam que não tinha efetivo, o Guarda falava aquilo todo dia e o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo respondeu prontamente, e disse que os Guardas trabalhavam o triplo para a população de Jaguariúna, então o Sr. José Muniz disse que, quando a Casa começou a trabalhar tinham duas, três pessoas e, no hoje, mais de vinte ou trinta que, no hoje, iriam precisar do Poder Público, tinha que ver tudo aquilo; naquele momento o Presidente disse ao Vereador que iria cortar o assunto porque aquilo não era a respeito do Orçamento e sim a outro assunto, talvez uma



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

audiência pública, uma reunião com a Secretária de Saúde porque droga era questão de saúde pública, com o Secretário de Segurança, de Assistência Social e que era para voltar a discutir o Orçamento, a seguir, o Sr. José Muniz disse que fazia parte do Orçamento pois iria começar a utilizar dinheiro público e o Presidente disse ao Vereador que ele estava querendo direcionar como o Secretário fazia a política dele de assistencialismo e que lá estavam discutindo números e era para focar nos números; novamente com a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva fez um esclarecimento do que sabia da Casa da Maria Antônia e disse que lá não faziam tratamento de drogas, as vezes, tinham pessoas na rua onde não tinham onde dormir eram acolhidos e, no outro dia, saiam da Casa que era de passagem, não faziam tratamento de drogas claro que, um ou outro poderia estar com problemas de drogas, mas não era aquele o objetivo da Casa, era só para esclarecer e não misturar as coisas; a seguir, a Secretária disse que quem não era do Município, dormia e depois iam embora e que aquela informação foi passada pela Secretária de Assistência Social; o Presidente da Comissão disse que se alguém tivesse alguma dúvida em relação ao trabalho da Assistência Social e de Casas de Apoio, era muito simples, era só encaminhar um requerimento à Casa, a Assistência Social ou ir até o local senão iriam perder o assunto e se prolongar numa coisa que não teriam respostas, no momento, as pessoas responsáveis não estavam lá; o Sr. José Muniz disse que não estavam querendo respostas, estavam falando do que iria entrar no Orçamento, e perguntou se não era aquilo que estava sendo discutido, se iria entrar no Orçamento tinha que ser discutido na Casa, senão não adiantava fazer audiência pública, tinha que tirar as dúvidas; a Secretária lembrou que após a pandemia, muitas famílias solicitaram a Assistência Social e que demandava tempo para recuperar a economia das famílias para conseguirem sair da questão dos atendimentos; a seguir, o Sr. Afonso Lopes da Silva que disse que, no dia anterior, foi lido um projeto de lei em relação a questão da Assistência Social e que era bom dar um tratamento especial ao projeto porque lá distribuíam alguns benefícios em numerários e que aquilo tinha trazido muito insegurança para os funcionários, então teria que mudar a lei porque a lei municipal falava que era em espécie, teria que mudar para fazer um convênio com o banco do Brasil para trabalhar com cartão e tirar o dinheiro do prédio que trazia insegurança; o Presidente da Comissão disse que era excelente e que aquilo era um investimento e que tinha a ver com a questão do Orçamento da Secretaria; a seguir, com a palavra o Sr. Francisco de Souza Campos que desejou boa noite a todos e disse que foi muito pertinente a colocação que o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo fez de estudar a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

possibilidade de reduzir o impacto no bolso do contribuinte em relação ao ISS, mas ao mesmo tempo ficou em dúvida onde foi feita uma pesquisa na lei complementar que tratava o ISSQN, no artigo oitavo, falava que a alíquota mínima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, era dois por cento, ou seja, em via de regra não era possível isentar, ele não fez toda a leitura da lei, mas tinha algumas exceções que caberia dar uma olhada; o Presidente da Comissão deu sequência ao próximo programa: Gestão das atividades de promoção industrial e comercial: “estava previsto dois mil e dezesseis e o que seria feito naquela atividade, como a promoção da indústria e o comércio poderia ser beneficiado com aquele valor e, se não seria preferível promover políticas públicas que melhorem o ambiente de negócios, desburocratizem os processos na Prefeitura do que, de repente, gastar dois milhões num programa que não estava bem detalhado para eles e o que seria aqueles dois milhões para a promoção da indústria e comércio”; a seguir, com a palavra o Sr. Rodrigo Reis de Souza que desejou boa noite a todos e pediu se pudesse esclarecer um pouco mais sobre o programa, pois tinha bastante dúvida em relação a ele e acreditava que outras pessoas também, e até própria Comissão pediu mais esclarecimentos dos dois milhões; a Secretária disse que, dos dois milhões e dezesseis, sessenta e três por cento, era para pagamento de folha, encargos e auxílio alimentação dos funcionários e junto ao Desenvolvimento Econômico, além própria Secretaria tinha o PAT, o Banco do Povo e o repasse para a Associação Comercial e a questão do estagiários; a seguir, a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz perguntou do valor repassado para a Associação Comercial e a Secretária achava que era de seis mil e poucos, por mês, ela não se lembrava, (som não audível) a Secretária disse que era o que mantinha o SEBRAE e parecia que teria um reajuste porque aquele valor nada dava para manter o SEBRAE; disse ainda que, os Orçamentos eram todos justos, não tinha muita margem; o Presidente disse que ficou explícito e, que talvez fosse uma questão que deveria ser analisada porque, de fato, ele não sabia onde entraria a promoção de indústria e comércio sendo que sessenta e três por cento daquilo, era com gastos de funcionários e falou que o Josino era um Secretário que sempre era alvo de críticas, naquela Casa, mas sempre foi aquele valor; a Secretária disse que, na época o valor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e que foi apresentado no PPA que o valor era o mesmo e, na época, era o Secretário Lúcio e que ficou, também; o Presidente da Comissão disse que, no ponto de vista dele e queria manifestar a opinião como Vereador, naquele sentido, que talvez deveria ser repensado o valor do repasse que iria para aquela Secretaria para que outros Programas pudessem

[Handwritten signature]

ser desenvolvidos no Município, inclusive, em direção daquilo que o Sr. José Alacrcio de Toledo Lima Junior falou, dos dez por cento da população que viviam dependendo da Assistência Social, outros programas de qualificação profissional, geração de emprego e renda, poderiam ser desenvolvidos pelo Município para que aquelas pessoas pudessem começar a andar com as próprias pernas e terem uma vida digna, a final de contas, ninguém queria viver a vida toda dependendo da Prefeitura; a seguir, o Sr. Afonso Lopes da Silva disse que algumas coisas tinham que ficar clara, deu um exemplo, de quando se falava em incentivo, como seria aquele projeto concretamente, como seria ele, tinha que entender aquilo, às vezes falava do projeto, onde estava e como funcionava; disse que naquela área tinham muitas parcerias, então era uma coisa para a Secretaria correr atrás, tinha programas estaduais com a questão da qualificação, tinham coisas a nível federal, então era assim, ele já passou naquela Pasta e sabia que tinha que ir atrás de parcerias para conseguir trazer verba em relação aquilo, mas tinha que ficar claro para a Câmara pois, para ele não estava claro, qual era o programa, o projeto, que estava sendo feito, as vezes, falava que tinha que ir um tanto, mas não sabiam qual era o projeto e o programa e que a dúvida dele era aquela; a seguir, o Sr. José Alacrcio de Toledo Lima Junior disse que era exatamente naquela linha que ele gostaria de falar e que achava muito baixo o valor do Orgamento e que já era, e que já foi comentado, era absurdamente baixo e que o Secretário da época falou que era suficiente porque só tinha a folha de pagamento e pagava os estagiários, ele achava que tinha que aumentar, mas o caminho tinha que ser o contrário, o caminho tinha que ser proposto pelo Sr. Afonso Lopes da Silva, primeiro a Secretaria apresentava os programas e daí os quinze por cento do Orgamento que poderia ser transferido, dentro do previsto no projeto de lei, era bastante dinheiro, então poderia aumentar bastante o valor do Orgamento daquela Pasta se apresentar projetos adequados e que valia a pena repensar; a Secretaria disse que teria que tirar de outras Secretarias; o Presidente da Comissão disse que o projeto justificava e pontou uma questão em relação aquilo e que ficava como sugestão, falou ao Secretário Valdir Parisi, que levasse ao Secretário Josino e para o Prefeito Gustavo Reis porque o Sr. Afonso Lopes da Silva já passou por aquela Secretaria e ele sabia da importância do que ele iria falar lá que era a questão do SENAC que possuía vários cursos de qualificação e capacitação profissional que visava incluir as pessoas no mercado de trabalho, não era necessário fazer licitação para poder contratar os serviços do SENAC e que ficava a dica e a observação para que, de repente, fizessem parcerias naquele sentido para poder pegar aquelas pessoas que entravam na





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Assistência Social e passar para a Secretaria de Desenvolvimento Social para que pudessem sair da condição de vulnerabilidade que, infelizmente, igual foi mencionado por outros colegas, era uma situação perpétua, então poderiam começar a trabalhar e desenvolver aquilo melhor no Município; o Presidente perguntou se alguém tinha mais alguma pontuação e continuou a leitura do relatório a respeito da Aquisição de imóveis para ensino fundamental: “quais os imóveis que seriam adquiridos por mil reais ou em média quinhentos reais cada?”; o Presidente disse que aquele valor deixou eles um pouco...a Secretária disse que, na realidade, só deixavam a rubrica aberta e que não tinha nenhuma expectativa para uma desapropriação para a aquisição de um imóvel vinculado ao ensino, mas de repente, poderia surgir então deixava a dotação aberta daí utilizava os quinze por cento para remanejar dentro da própria Secretaria para adquirir o imóvel; o Presidente da Comissão perguntou se naquele caso o valor não era real e a Secretária disse que era um valor que não daria para adquirir nada, estava só aberto a título de, realmente, se houvesse uma necessidade; Programa Assistência ao Educando: “qual assistência seria prestada para quais educandos por seis milhões, quatrocentos e trinta e três, quatrocentos e oitenta mil; a Sra. Secretaria disse que, na realidade, aquela assistência seria à todos os alunos fosse da creche, pré-escola, do ensino fundamental e das escolas do Estado porque tinham todos os agentes de alimentação escolar, era só pagamento de Pessoal, as nutricionistas, todo mundo envolvido na preparação e distribuição dos alimentos, então acabava contemplando todos os alunos porque era pagamento só de Pessoal; disse ainda que tinha cento e dezoito funcionários e que noventa e dois deles eram Agentes de Alimentação Escolar e os demais tinham nutricionistas e outros que ajudavam nas licitações e na aquisição dos gêneros alimentícios para a merenda escolar; próxima rubrica Gestão dos serviços de transporte escolar: “os valores para o transporte escolar de alguma maneira parecem um ponto elevados para uma Cidade que tinha em média, sessenta mil habitantes; o total era de nove milhões, duzentos e noventa mil, novecentos e noventa, além disso a meta física em algumas daquelas atividades aparecia zerada o que não faria sentido dependendo do que seria feito”; O Presidente da Comissão pediu a Secretária que explicasse um pouco daquilo; a Secretária disse que a meta física aparecia zerada porque tinha valor de Recurso do Tesouro e Recurso Vinculado, então o total da meta aparecia acima que era o mesmo programa que era distribuído, então não era que ficava zerado, se pegasse o programa todo estaria o total dos alunos; tinham contemplado dois mil seiscentos e quarenta alunos do ensino fundamental;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

quatrocentos e setenta alunos no ensino infantil os que recebiam por cartão setenta alunos que eram do técnico do SENAI e mais mil e noventa e nove alunos do estadual que eram contemplados dentro daqueles valores; a seguir, o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior perguntou se não tinha, também transporte para outros municípios e a Secretária respondeu que tinha, mas o custo dele estava junto nos quatro milhões e quinhentos que eles questionavam que tinha o ProUni e o que teria a mais, então, estava contemplado a mais naquele outro local, porque aqueles programa eram somente da educação básica, então era ensino fundamental e citou os códigos onde um era do Ensino Fundamental e o outro Educação Infantil, então como foi separado por isso deixou para responder separado; novamente com a palavra o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior disse que tinha uma dúvida em relação aos ônibus com destino a ETEC, em Amparo, a Secretária disse que eram duzentos e trinta e nove alunos, técnico e diurno e o Vereador concordou e disse que era bastante e a Secretária disse ainda que o ônibus era fretado e tinha, também para Amparo oitenta e um alunos, Mogi Mirim, trinta e um alunos, Mogi Guaçu, quarenta e um alunos, Campinas, duzentos e dezessete, eram ônibus fretados; o Sr. Rodrigo Reis de Souza perguntou se todos os quatro municípios eram de ônibus fretados e a Secretária disse que sim, Campinas, Amparo, Mogi Mirim e Mogi Guaçu; o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior disse que teve um questionamento de pais de alunos, especialmente de um, onde o filho estudava na ETEC de Amparo onde teve um problema no transporte, era um curso novo e que não estava previsto e ele ganhava o passe para a linha regular, daí foram questionar o que poderia ser feito e o Diretor disse que ônibus tinha, faltavam motoristas e, inclusive ele fez na semana passada uma indicação pedindo que os motoristas que passaram no concurso fossem contratados e, especialmente, direcionados para o transporte escolar; a Secretária disse que não podia e que o Município tinha a obrigatoriedade com a Educação Básica e o transporte das escolas estaduais, porque existia um convênio, com as Escolas Técnicas eles não tinham obrigatoriedade nenhuma, nem o superior; o ensino médio e superior, o Município não tinha obrigatoriedade; então, o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior perguntou se eram todos fretados e que não tinha nada com funcionários da Prefeitura e a Secretária disse que não, mesmo porque não poderia utilizar um ônibus que adquiriu com um Recurso que era vinculado aos vinte e cinco por cento, que era para a Educação Básica, utilizar no Técnico e Superior, não fazia sentido; o Sr. José Alaercio disse que estava perfeito e que só tinha que avisar o Diretor do transporte escolar; a seguir, a Sra. Ana Paula



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Espina de Souza Muniz perguntou como era feita a fiscalização dos ônibus pois eram várias empresas, no ensino médio e infantil era a empresa Bom Pastor já o Técnico e Superior eram outros fretamentos, outras empresas; a Secretária disse que, na realidade, o aluno tinha que ir até o Departamento de Transporte, a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz disse que não foi aquela a pergunta, ela queria saber como era a fiscalização do ônibus, deu um exemplo, o ônibus em julho e dezembro não rodava, como era feito a fiscalização e o pagamento; a Secretária disse que era diário e Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz disse, então, que pagava mesmo que não estivesse rodando e a Secretária disse que pagava pelo dia rodado; novamente com a palavra a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz que perguntou qual era o valor do repasse para o Transporte e foi falado que eram nove milhões e a Secretária disse que, talvez iria subir por conta do combustível, então, poderia ser que aquele valor fosse modificado ao encaminhar o Orçamento e que precisava ver o que iria acontecer com o combustível; dando continuidade o Presidente da Comissão falou da Despesa com Ensino Superior: “quatro mil e quinhentos e quarenta e sete milhões com o Ensino Superior que era possível citar o ProUni municipal com três milhões, que concede bolsa de ensino para os estudantes da cidade e a gestão do ensino superior que seria um milhão e quinhentos e que era um projeto que não mostrava, explicitamente que seria feito com aquele um milhão”; a Secretária disse que era o transporte, era o restante do transporte; o Sr. Presidente perguntou se seria o transporte do ensino superior; então, a Sra. Ana Paula disse que não era nove milhões e, sim dez milhões e a Secretária respondeu que nove milhões seria para o transporte de Ensino Fundamental e Infantil e os alunos que tinham convênio do ensino médio e o Sr. Presidente disse que, um milhão e meio era só para ensino superior pois, era separada a rubrica no Orçamento; a seguir, com a palavra a Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior que disse não saber se estava incluído no Orçamento as parcerias da Prefeitura com a FAJ, especialmente a Faculdade de Medicina que, no hoje, estava atendendo nos Postos, e perguntou se tinha algum convênio assinado, a respeito daquilo, tinha algum gasto com aquilo; a Sra. Secretária que disse que não tinha nenhum gasto e que era um convênio através do hospital, ela acreditava e que não tinha nenhum custo e que o custo, entre aspas, que tinham com a FAJ eram as bolsas de estudo através do Prouni; continuando a leitura, Gestão das Atividades Esportistas e Recreativas: “estava previsto um valor de seis milhões e oitocentos e trinta e quatro; o que seria feito nesse programa e quais seriam os gastos e programas incluídos naquela rubrica; a Secretária disse que, em novembro do ano passado o Secretário de Esportes



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

esteve lá e que até detalhou, mas que ele mandou por escrito, naquele momento ela fez a leitura dizendo que o total de quarenta por cento era só para pagamento da folha dos quarenta e quatro servidores e vinte professores credenciados; para manter o Projeto Campeões, Programa Primeiros Passos, Proativ e Viva Melhor e que, cerca de sessenta por cento do Orçamento era para manutenção geral e a conservação dos parques e locais administrados; foram citados todos os Parques além, o Centro de Lazer “Lebrão”, o Centro de Tênis de Jaguariúna, a Pista de Skate, os Campos de Futebol do Guedes e Altino Amaral além de realização de evento esportivos; foi falado a quantidade de atendimentos; Programa Primeiros Passos: cerca de dois mil atendimentos; Programa Proativ: setecentos alunos atendimentos; no Viva Melhor: trezentos alunos; cabe esclarecer, também, que eram promovidos e custeados eventos esportivos, campeonatos amadores, futsal feminino, amador, vôlei de praia, futsal amador, futebol veterano, futsal veterano e futebol sênior, cerca de aproximadamente, dois mil e quatrocentos participantes; competição: Liga Metropolitana de Basquete, Circuito das Águas, Liga São Joanense, Copa de Jaguariúna Voleibol, Torneios, Festivais, APAE, Caminhada Ecológica – Amigos do Salvador, Passeio Ciclístico, Corrida Turística bem como apoio ao Projetos Campeões e demandas de atletas, equipes da cidade para competir em outros eventos em outras cidades. Terminada a leitura a Secretária perguntou se tinha ficado claro e, disse ainda, que teria o Bolsa Atleta e era exatamente o que o Vereador Rodrigo Reis de Souza iria perguntar se tinha algum recurso destinado para o Bolsa Atleta, se teve ou teria e pediu para a Secretária esclarecer e ela disse que era cento e vinte mil anual e o Vereador perguntou se existia a possibilidade de aumentar ou não e se teria algum Recurso destinado direto para o fundo; a Secretária disse que o Bolsa Atleta iria iniciar e teria que ver o andamento, poderia ser que cento e vinte mil fosse pouco e, como tinha uma regra para que conseguisse contemplar, fosse suficiente, achava que teria que ter um primeiro exercício do Bolsa Atleta, um exercício fechado para verificar, na realidade, se aquele Recurso seria suficiente ou não; o Vereador perguntou se teria algum recurso destinado direto para o Fundo Municipal de Esportes, ou não; a Secretária disse que o Fundo, inicialmente não teria Despesa, mas poderiam sentar e, de repente, redistribuir melhor o Orçamento quando fosse feita a elaboração do Orçamento porque a LDO era uma Peça mais sintética e que depois conseguia detalhar melhor; o Vereador Rodrigo perguntou se poderia ver aquela possibilidade e a Secretária disse que podia, sim; aproveitando aquela situação, o Presidente da Comissão disse que, no começo do ano, votaram o Conselho Municipal do Trabalho e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Renda e, também o Fundo e perguntou se teria rubrica para destinar depois; a Secretária disse que conversou com o Secretário e falou que aquele Fundo não tinha Despesa nenhuma; o Presidente da Comissão disse que entendeu e que estava bom; dando continuidade disse que, também, seria uma coisa apenas simplória que era a aquisição de imóvel para construção de habitações populares onde estava previsto o valor e cinquenta mil; a Secretária disse que tinha o Recurso do Fundo do que recebiam, anualmente e, que naquele caso poderia remanejar as demais rubricas para lá, se fosse adquirir um imóvel e que tinha saldo em caixa em trinta e um do doze, de dois mil e vinte, novecentos e quinze mil e que poderia suplementar por um superávit e colocar lá; o Presidente perguntou se alguém tinha alguma pergunta em relação aquela questão; dando continuidade, Gestão das Atividades de Turismo e Cultura; Gestão e manutenção da Escola das Artes; Gestão e manutenção da Banda Municipal na Secretaria de Cultura; Programas com valores de sete milhões, quinhentos e cinquenta e três e novecentos, o total para a Secretaria de Cultura; quantos professores trabalhavam na Escola das Artes; quais bairros a Escola das Artes estava funcionando e se a Banda Municipal recebia alguma bolsa auxílio; disse que a observação que a Comissão tinha feito era, talvez com apenas cinco milhões e quatrocentos da Gestão das Atividades de Turismo e Cultura seria possível realizar três atividades, a não ser que houvesse outros programas dentro daqueles que eles desconheciam; o Presidente da Comissão pediu para que a Secretária pudesse pontuar aqueles questionamentos; o Vereador Rodrigo Reis pediu para que pudesse pontuar também, porque sabia que tinham alguns parques e praças que a Secretaria de Turismo e Cultura tinha a responsabilidade e perguntou em que rubrica entrava os gastos de parques e praças e se a manutenção era feita e custeada por aquela Secretaria ou pela Secretaria de Obras; disse ainda que na Secretaria de Esportes acontecia a mesma coisa, tinha alguns parques e praças que eram responsabilidade da Secretaria de Esportes; a seguir, a Sra. Secretária disse que estava sendo realizada uma licitação grande a qual iria contemplar alguns serviços de manutenção fora dos parques e, que os parques continuavam em cada Secretaria; o Presidente da Comissão perguntou quem era o responsável pela manutenção e a Secretária disse que, no hoje, a Cultura fazia a manutenção dos parques que eram de responsabilidade dela e a Secretaria de Esportes, também; o Presidente da Comissão perguntou se era a Secretaria de Cultura que contratava a manutenção dos parques em que era responsável; a Secretária disse que de pequenas obras, o que precisava, cada Secretaria fazia a dela. não estava sendo feita pela Secretaria de Obras; o Presidente da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Comissão disse que a Secretaria de Esportes fazia aquilo, e que sabiam que faziam pois, tinham locais em que a Secretaria de Esportes fazia a manutenção de algumas coisas, pintura de quadra; a seguir, o Sr. Rodrigo Reis de Souza disse que a quadra do Altino Amaral, também foi feita pela Secretaria de Esportes e não pela Secretaria de Obras; a Secretária disse que, na nova licitação que estava em andamento e seria lá para julho, estava contemplada e que até conversou com a Secretária de Obras que toda limpeza, fora dos parques, deu um exemplo, a roçagem e a manutenção das campos e dentro, no caso da Secretaria de Esportes, não estava contemplado naquela licitação, então tanto o Esporte e a Cultura continuariam tendo algumas despesas com os parques pertencentes a cada um deles; a Sra. Ana Paula Espina de Souza Muniz perguntou se a manutenção grande continuava com a Secretaria de Obras e o Sr. Rodrigo Reis de Souza disse que, na verdade, pelo que a Secretária falou era que ele sabia, pelo menos da Secretaria de Esportes, deu um exemplo, o campo do Altino Amaral, a roçagem do campo e o gramado era feito pela Secretaria de Esportes, a roçagem em volta, o entorno inteiro, dentro ou fora do parque, tirando o gramado era feito pela Secretaria de Obras; a seguir, o Sr. Afonso Lopes da Silva colocou uma questão e que sentia aquilo em relação a Secretaria de Cultura, achava que tinha que ter um departamento dentro da Secretaria ligada a questão da manutenção, pois tinha um problema lá e se fosse recorrer a alguém, a pessoa somente tomaria conhecimento e não tinha uma pessoa responsável e, deu um exemplo, de um problema na manutenção do Parque Florianópolis, fala com o Francisco, fala com tal departamento, tanto a Cultura como o Esporte deveriam ter um departamento, um setor, que ficasse responsável por aquilo porque ficava um negócio muito solto, sem saber a quem recorrer e achava que deveria ser organizado aquilo; o Sr. Rodrigo Reis de Souza disse que na Secretária de Esportes tinha o Diretor Administrativo que tomava conta daquela parte de manutenção, era direto com ele e sempre resolvia; o Sr. Afonso Lopes da Silva disse que, de concreto, não sentia, não tinha nenhum responsável, ele sentia aquilo e tinha que dar um toque para resolver; a seguir, a Secretária fez uma leitura onde dizia que os próprios da Cultura eram custeado com aquela rubrica: "Parque Santa Maria, que era a sede da Secretaria, prédio Escola das Artes, os Parques Luiz Barbosa, Menegon, Nova Jaguariúna, Roseira de Cima, Cruzeiro do Sul, Parque dos Lagos, Teatro Municipal, Biblioteca, Complexo Cultural da Fazenda da Barra, Centro Cultural, Feart, Boulevard, Portal de Entrada de Jaguariúna, entre outros"; a seguir, o Sr. Presidente da Comissão disse que tinha uma questão para colocar em relação aos funcionários e perguntou se o

Teatro Municipal poderia receber Recurso do Fundo Municipal de Cultura para manutenção e a Secretária disse que podia e, inclusive, era utilizado aquele Recurso e que estava previsto dentro da rubrica, era um programa só e que tinha o Recurso do Tesouro e o Recurso do Fundo; então, o Presidente da Comissão disse que tinha Recursos do Fundo Municipal de Cultura para a manutenção do teatro e Recursos, também do Tesouro; a Secretária disse que a LDO era uma peça sintética, então os valores dos programas tinha tanto o Recurso que era do Tesouro, quanto Recurso que era Estadual quanto Recurso de repasse Federal, era para ficar claro; novamente com a palavra o Sr. Presidente da Comissão que perguntou mais uma vez se o Teatro tinha Recursos do Tesouro para manutenção dele e Recursos do Fundo Municipal de Cultura e a Secretária disse que sim; a seguir, a Sra. Secretária de Finanças pontuou os questionamentos feitos pela Comissão e deu sequência na leitura: a Escola das Artes contava com cinquenta e cinco oficinas divididos em oitenta e quatro contratos; as oficinas eram ministradas nas unidades e não por bairros, eram no Boulevard, Teatro Municipal, no Parque Menegon, Parque José Pires Júnior, Parque dos Lagos, Parque Santa Maria, Fazenda da Barra, APAE, Escola Municipal Oscarlina Pires Turato, Escola Municipal Angelo Bizzo e no PAT; o próximo questionamento era se a Banda Municipal recebia bolsa auxílio; "foi realizado no início daquele ano um chamamento público para credenciamento de chefes de naipe para a Banda Municipal, não era uma bolsa auxílio, mas um credenciamento aberto à todas as pessoas a ministrar aulas e exercer as funções de músico da Banda Municipal"; o próximo tópico falava da sugestão que foi citada de cinco milhões e pouco; "os valores apresentados, principalmente a sugestão, não faziam sentido uma vez que as Despesas não eram organizadas da forma sugerida, e que a Escola das Artes era um Programa e que atendia três mil e quinhentos alunos, fizeram uma média por aluno, um milhão e meio que era para o Programa, se fosse dividir por três mil e quinhentos alunos, dava quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete, por aluno, que dividido em doze meses, daria trinta e cinco e setenta e um, por aluno por mês; tinha a Gestão das Atividades de Turismo e Cultura que todos os custos e realização de atividades e eventos de fomento as artes a cultura o entretenimento e ao turismo no Município; projetos e ações, além da manutenção dos próprios públicos, custos esses que eram altos e necessitavam de um Orçamento robusto para a manutenção que eram os parques citados que eram bastantes; Projetos e Ações custeadas pela rubrica: Escola das Artes, Companhia de Dança, grupo de competição da Escola das Artes, Complexo Cultural da Fazenda da Barra, atividades educativas e sócios





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

culturais; apresentação artística dos alunos da Escola das Artes, apresentação artística no Teatro Municipal, Projeto de formação de plateia no Teatro Municipal, Festivais de Teatro Infantil, de Férias de janeiro e julho, festivais diversos, apresentação da Banda Municipal de Jaguariúna, manutenção e apresentação das bandas de violeiros do Jaguar, Feira Noturna, realizada semanalmente no Parque Santa Maria, promoção e divulgação do Turismo; estudo e pesquisa de demandas para promoção do Turismo, investimento na divulgação de Jaguariúna, em feiras do setor, bem como investimentos para obtenção de título do município de interesse turístico junto ao Governo do Estado de São Paulo, entre outras ações; eventos do Calendário municipal tradicionais custeadas, também por aquela rubrica, como o carnaval, a Paixão de Cristo, Dia da Mulher, das Mães, do Trabalhador, Festa Junina, Cavalaria Antoniana, entre outros eventos; era importante informar que toda a folha de pagamento da Secretaria também fazia parte daquele Orçamento que era necessário para manter os serviços; a seguir, o Sr. Rodrigo Reis de Souza perguntou se tinha um valor apartado da manutenção dos parques ou estava tudo incluído e a Secretária disse que estava tudo incluído nos cinco milhões e pouco, um milhão e meio que estava a parte, era da Escola das Artes e alguma coisa para a Banda; então, o Sr. Presidente perguntou porque não era separado e a Secretária respondeu que era mais fácil para manter e saber o custo, quanto custava a Escola das Artes, e ela tinha todas as rubricas de material de consumo, serviços de terceiros, de pessoa física, jurídica e que era mais fácil para saber quantas pessoas físicas e jurídicas prestavam os serviços, ela tinha o custo do programa; o Sr. Presidente da Comissão perguntou quanto daquele Orçamento era gasto com Pessoal e a Secretária disse que aquela informação não foi passada e que não tinha detalhado, disse que não era muito e que a manutenção dos parques era o maior gasto daquela Secretaria; o Sr. Rodrigo Reis de Souza disse que não imaginava que seriam tantos próprios públicos, eram catorze, até mais que o Esporte; o Sr. Presidente perguntou se os nove milhões eram gastos com manutenção de prédio público, se grande parte daquele Recurso era gasto com prédio públicos e a Secretária disse que sim e, deu um exemplo, o Parque dos Lagos tinha salva-vidas e que o contratado era feito por lá, tinha contrato para manter e limpar o Portal de Entrada, era feito pela Secretaria de Cultura; a seguir, com a palavra o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior que, deu um exemplo, de que um morador havia reclamado com ele que o Parque dos Lagos, tinha uma região lá que estava imunda, suja e perguntou para quem iria pedir; a Secretaria disse que seria feito o desassoreamento do lago mas, naquele caso



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

seria o Meio Ambiente; então o Sr. José Alaercio disse ao Presidente da Câmara que não sabia onde recorrer e que, no fundo, não sabiam a quem recorrer, e se aparecesse uma capivara a quem iria recorrer; o Sr. Rodrigo Reis de Souza disse que, pior que o desassoreamento, era a capivara, não sabia o que fazer, não sabia se era Meio Ambiente ou Defesa Civil daí o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior disse que fazia cinco anos que estava uma briga no Estado, ele sabia daquilo, porque não podia mexer com elas e o Sr. Rodrigo Reis de Souza disse que não dava para mexer, mas tinha um convênio que poderia ser feito; o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior disse que não podia capturar e levar para outro lugar porque era fonte de contaminação da febre maculosa e que não podia levar de uma cidade para a outra para não contaminar outro lugar, foi a resposta do Estado; a seguir, o Presidente da Comissão perguntou se tinha mais alguma observação e pergunta em relação a rubrica Orçamentária; dando sequência, disse que o último questionamento da Comissão era a questão ao valor do SAE que já foi modificado na emenda, então, perguntou se algum colega tinha mais alguma observação em relação ao Orçamento e que aquelas foram as observações da Comissão; a seguir, o Sr. Afonso Lopes da Silva informou a todos que iria ter um Pregão na Câmara Municipal agendado para o dia vinte e quatro, sobre a terceirização da limpeza, era para dar o ponta pé inicial para a contratação da empresa e que o pessoal da licitação estava acompanhando aquilo; a seguir, com a palavra o Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes que cumprimentou todos os presentes e disse que chegou para ele uma pergunta relacionada sobre a correção salarial dos funcionários para o próximo ano e, perguntou o quanto estava sendo disponibilizado para a correção salarial e se seria seguida a inflação ou de acordo com o crescimento do Orçamento; a Secretária disse que, na realidade, como falou, a LDO era uma peça sintética que estariam, analiticamente detalhando ela dentro do Orçamento e o quanto de reajuste seria, ela não sabia, o mínimo garantido era a inflação do período e mais um e meio por cento que foi garantido naquele exercício e, no hoje, dependia das negociações, porque a negociação com o Sindicato não era só o reajuste do funcionário, era acertar algumas outras questões, não falava só do reajuste, tinha o auxílio alimentação, vale refeição, achava que era o valor total que seria disponibilizado, então a questão do reajuste, a única coisa que ela podia falar, que era garantida a inflação do período e mais um e meio por cento e demais assuntos seriam detalhados quando for o momento com a discussão do Sindicato; novamente com a palavra o Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes disse que, em relação do valor de sobra orçamentária, que não era sobra, mas o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

valor acrescido, perguntou se era distribuído proporcional para cada Secretaria e como era feito aquela divisão do valor abaixo; a Secretária disse que até falou um pouco no início da questão da Água e Esgoto, achava que iria pela prioridade e a necessidade do Município, deu um exemplo, em dois mil e vinte e dois foi priorizada a questão da água onde entenderam que era mais sério; disse ainda que tinha que garantir e com o Recurso que vinha a mais, que acontecia durante o exercício, se acontecia um excesso de arrecadação, tinha que garantir os mínimos constitucionais, pelo menos vinte e cinco por cento na Educação, pelo menos quinze na Saúde e, os demais Recursos poderiam ser destinados naquilo que houvesse a necessidade; o Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes perguntou em relação ao concurso se conseguiram definir uma quantidade mínima para a contratação, haja visto que o concurso foi determinado oito Guardas e que estava indo para as fases finais do chamamento e sabiam que precisavam, e se fosse fazer a conta necessária, era de cento e vinte Guardas e, no hoje, tinham sessenta e perguntou se teriam o mínimo que estavam pedindo de vinte, vinte e cinco a trinta Guardas ou o planejamento era só para a chamada que foi pedido no concurso; a Secretária disse que, na realidade, existia uma quantidade maior de vagas para chamar e não somente os oito, ela não se recordava, no momento, a quantidade de vagas, mas garantiu que sessenta a mais não seriam contratados para chegar nos cento e vinte que ele falou, que era o número necessário; disse ainda que, no hoje, tinham muitos gastos com a Guarda, na questão de hora extra, e que a hora extra encarecia muito; então se fizesse um estudo ao contrário de quanto seria o valor gasto, no hoje, com as horas extras, quantos dariam para contratar, ele achava que, de repente, era um estudo bacana; o Sr. Silvio Luiz Telles de Menezes fez uma correção e disse que não era com a Guarda Municipal, na verdade, estava dentro da folha de pagamento da Guarda, mas aquilo entrava, também os vigilantes, na verdade, a folha de pagamento, daí a Secretária disse que tinham os vigilantes, também e já estavam em processo de contratação, estava mais adiantado que os Guardas e que foram chamados, e a princípio, seriam oito, não se lembrava, questionada sobre o impacto disse que estava dentro de uma rubrica, mas vinha separado, na folha de pagamento, se pedir a folha de pagamento, tinha o departamento total da vigilância e da Guarda separado e pela quantidade de horas dava para fazer um bom cálculo, achava que tinha que ser feito ao contrário; a seguir, o Sr. Afonso Lopes da Silva pediu informações sobre a Zona Azul e que era uma discussão e que até tentou falar com o Secretário e as pessoas ficavam cobrando; a Sra. Elisanita pediu para o Sr. Valdir Antonio Parisi – Secretário de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Governo para dar explicações que, prontamente atendeu e disse que iria agilizar para dar andamento o quanto antes e colocar a zona azul em funcionamento, era importante e os comerciantes estavam cobrando há tempos e o Prefeito queria que colocasse urgente para funcionar; a seguir, com a palavra o Sr. José Muniz que disse à Secretária que a preocupação dele naquele momento, inclusive até fizeram uma reunião e os vereadores estavam todos presentes sobre a ASAMAS, inclusive ficaram sabendo que o Orçamento não estava dando, tinha um déficit de quase dois milhões de reais, então, perguntou o que estava pensando em fazer e como estava aumentando a gestão de contrato, a preocupação era grande, então tinha que olhar com outros olhos para a questão da ASAMAS, ele estava preocupado, inclusive na última Audiência Pública o déficit só estava aumentando e a gestão de contrato, pelo que foi passado estava bem abaixo do que estava sendo gasto lá; a preocupação era se estava tendo alguma discussão sobre o contrato da gestão da ASAMAS e como estava sendo tratado; a Secretária disse que para ela não chegou nada, mesmo porque a Secretaria de Saúde tinha a gestão do Orçamento e, que talvez, estariam tratando primeiro por lá aquele assunto, acreditava; novamente com a palavra o Sr. José Muniz disse que precisava ver o que estava acontecendo porque a população não queria saber se estava sem contratação ou não, e se o repasse não estava sendo suficiente, tinha que ver se era questão de dinheiro ou não, ou era má gestão; então era preocupante e que não podia deixar pois, no hoje, já estava dois milhões, e chegar a três, quatro, cinco milhões, então era preciso pensar sobre o assunto porque era um tema que foi tratado com muita responsabilidade, no primeiro mandato, e que não era brincadeira, estavam falando do hospital da Cidade e que precisava ser revisto e com a Lei Orçamentária daquela tinha que pensar na população, na saúde que era prioridade de todos; se estava tendo uma má gestão, tinha que arrumar pois estavam falando do hospital, então se a Receita estava pouco tinha que ver, e comentou com o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que era Presidente da Comissão da Saúde, para estar aumentando o repasse para ver melhor a gestão de contrato; a seguir, com a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo disse que era um assunto bastante extenso e a reunião que tiveram, recentemente com a Comissão de Saúde daquela Casa, foi muito esclarecedora naquele aspecto e que toda a equipe técnica estava lá, todos indistintamente e, acreditava que existia algumas adequações entre a rede, o Município, a Secretaria e o órgão chamado ASAMAS para que a equação começasse a fechar; disse ainda que o dinheiro tinha fim e se ele não tivesse enganado, do Orçamento da Saúde iria sessenta e sete por cento para a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ASAMAS; a Secretária disse que o valor era maior para repasse do hospital do que manter toda a rede básica de Saúde que mantinham, e o Sr. Walter Luiz Tozzi de Camargo disse que tinham um percentual muito elevado; a Secretária disse que, por acaso ela tinha a Audiência das Metas e o que valor era de cento e vinte e cinco milhões, novecentos e oitenta e oito mil, sendo noventa e nove milhões para a ASAMAS, questionada sobre o repasse disse que estava dentro o repasse; e de cento e vinte e cinco milhões, noventa e nove foi passado para a ASAMAS, e lembrou que ano passado estavam, totalmente na questão da pandemia, então Recursos maiores foram repassados ao hospital por conta da pandemia, de manutenção e que tinham vários casos na UTI e que não era o caso desse ano que, graças a Deus, estava mais brando, dizendo assim, e que não tinha nenhum caso, inclusive na UTI; a seguir, com a palavra o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior que disse ter uma preocupação muito grande com o hospital municipal e que era uma dúvida geral e perguntou se a Gestão iria passar para a FAJ e a Secretária respondeu que não estava sabendo, ele disse que ouvia aquilo em cada esquina que a ASAMAS estava com um débito muito grande e ele sabia que tinha sessenta milhões de débito trabalhista, ele era um deles, era sessenta milhões, e que estaria, de fato, em processo de falência; a Secretária disse que não tinha, simplesmente o Município passar para a FAJ, tinha que fazer um credenciamento, poderia passar para uma outra entidade, seria aquela a questão; então, o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior perguntou se, no hoje, estava sendo discutido aquilo e a Sra. Secretária disse que não; o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior disse que, pela reunião que tiveram com a Comissão de Saúde e a ASAMAS, o dinheiro era suficiente, falaram e afirmaram para eles que aquele dinheiro era suficiente, pela reunião que tiveram com a Comissão de Saúde, a Direção da ASAMAS e a Direção da Saúde, o valor proposto do dinheiro era suficiente porque falaram que trabalhavam com o que tinham, foi aquilo que o Superintendente falou, era suficiente; a seguir, o Sr. José Muniz disse que não concordava, todo mundo falou que era suficiente, todos os Secretários falaram que era suficiente, depois nada dava, não tinha, e sabiam e que fazia cinco anos que ele estava lá e o repasse de seis milhões e meio para o hospital já não dava, há três anos e que depois da pandemia o custo aumentou ainda mais; então seis milhões meio, há três anos não dava, imagine após uma pandemia onde estava vindo pessoas de outras cidades; a Secretária disse que não eram seis milhões e meio há três anos e o Sr. José Muniz disse que já não dava e que já cansaram e brigaram para fazer repasse; o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior disse que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

concordava e o que não concordava, era os Secretários irem até lá e falar que estava tudo bem; o Sr. José Muniz disse que sabiam que não estava tudo bem e o Sr. José Alaercio disse que, quantas vezes, e que era testemunha que o Vereador Erivelton Marcos Proêncio perguntou várias vezes, para todos, se era suficiente daí o Sr. Erivelton Marco Proêncio disse que iria perguntar de novo na LOA quando chegasse na Casa, para todo mundo, se era suficiente ou não daí ficava a responsabilidade daquilo que foi dito lá e, depois era dito para os nobres colegas, posteriormente, a aprovação do Orçamento; a Secretária disse que, na realidade, o Orçamento estima a Receita e fixa a Despesa, não tinha como criar se o Secretário "X" falava que o Orçamento dele não dava, não tinha como tirar do outro, tinha que trabalhar com aquilo que tinha, por isso que, naquele momento, falaram era suficiente, porque tinha que ter criatividade, era igual uma casa, tinha que gastar aquilo que possuía, não podia criar novas despesas, novos programas, fazer novas coisas se não tinha orçamento suficiente, óbvio, aconteceu uma pandemia, era diferente, ela entendia daquela forma; novamente com a palavra o Sr. José Muniz perguntou a Secretária de Finanças se, no hoje, tinham dinheiro em caixa na Prefeitura e ela disse que o Município tinha, inclusive falou sobre uma parte do superávit que estava no caixa e que estavam fazendo na questão da água e que foi apresentado na Audiência do quadrimestre, ela mostrou os números lá e o Sr. José Muniz perguntou qual era o valor que tinha em caixa e ela falou que não tinha em mente, mesmo porque estavam discutindo a Audiência da LDO; ela falou que o Recurso que tinham em caixa, deu um exemplo, uma licitação de manutenção de todos os próprios que tinha que deduzir aquele Recurso que tinha no caixa porque iria pagar, teria despesa com aquilo e a arrecadação a partir do segundo semestre, não era tão alta quanto o primeiro semestre, esse ano foi distribuído em cinco parcelas o IPVA e tinha o IPTU, também, agora começava a diminuir a questão da Receita, então o Recurso que tinha em caixa tinha uma parte dele comprometida e que trabalhavam bem com o pés no chão; O Sr. José Muniz disse que não adiantava nada ter dinheiro no banco e faltar leite para o filho, se tinha uma hospital que estava com problema financeiro e tinha em caixa, tinha que solucionar o problema senão não adiantava ter dinheiro em caixa; a Secretária acreditava que a Secretaria de Saúde estava tratando dentro da própria Secretaria pois, tinham o valor do Orçamento, de repente, estavam remanejando dentro da própria Secretaria; o Sr. José Muniz disse, na verdade, quando falavam tudo mundo jogava a responsabilidade na Secretária de Finanças que não liberava o Recurso, se tinha alguma problema tinha que solucionar, a população merecia o melhor e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

não adiantava a Prefeitura ter trinta, quarenta milhões em caixa se estava faltando para a população, porque lá o Secretário não teria coragem de falar que o Orçamento dele chegava a dez milhões, porque não estava liberado para gastar dez milhões, só quem pagava aquilo era a população, estava faltando para a população; a Secretária disse que, todo o superávit do exercício de dois mil e vinte e um, foi passado os valores para o Prefeito, quem determinava para onde iria aquele Recurso não era Secretária de Finanças, existia um Prefeito que foi eleito pela população, e que ele e todo mundo sabia que ela não era de Jaguariúna, ela administrava números, mas não sabia, exatamente quais bairros precisavam de asfalto e o que precisava, quem sabia daquilo não era a Secretária de Finanças, a Secretária era um instrumento, a pessoa que guiava a Secretaria, que aumentava Recursos e diminuía as Despesas, mas não era responsável pela vinculação de todo o Recurso; novamente com a palavra o Sr. José Muniz disse que também foi eleito pelo povo, igual o Prefeito, só que quando o Secretário falava que precisava do Recurso, não tinha, não era liberado pela Secretária de Finanças, e que não adiantava nada a Prefeitura ter milhões guardado se estavam faltando as coisas; a Sra. Secretária disse que a Secretaria de Saúde recebeu um repasse e o Sr. José Muniz disse que já fizeram duas reuniões e que estavam cansados de falar que o Recurso não estava dando, a gestão de contratos, não estava batendo os números e se não estava batendo, não adiantava ter dinheiro em caixa se lá estava faltando, ele falava aquilo com propriedade; não adiantava ter dinheiro no banco se estava faltando comida, não adiantava nada; a Secretária disse que o Recurso era igual um salário, não gastava o total, tinha que deixar para pagar as despesas que tinham a mais e o Sr. José Muniz disse que era completamente diferente e que tinham que cuidar da Cidade; daí a Secretária disse como iria gastar e zerar pois tinha o décimo terceiro e outras coisas para pagar e o Vereador perguntou se tinha coisa mais importante que a saúde, não tinha e que precisava ver se tinha o déficit e não estava dando o repasse, tinha que fazer chegar lá ou os Vereadores não concordavam com aquilo?, não adiantava ter dinheiro em caixa se estava faltando lá; a Sra. Secretária disse que até ela não chegou a questão da ASAMAS, ele perguntou e ela respondeu que não chegou e que estavam tratando aquele assunto dentro da Secretaria de Saúde e que existia uma Secretaria responsável pela ASAMAS e que conversavam por lá e que, em algum momento, poderia ser que chegasse, na realidade, não tinha que chegar para ela, tinha que chegar até o Prefeito que era quem iria chamar por ela e, mesmo que não tivesse aquele Recurso sobrando, o Prefeito era a pessoa que chegaria dizendo que tinha que mandar

ASL
D. [Signature]



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mais tanto para a Saúde, ela iria listar e dizer o quanto tinha em cada Secretaria e o Prefeito iria determinar, através dos quinze por cento necessário, o que iria pegar de outras Secretarias e encaminhar para a Saúde, mas não era a Secretária de Finanças quem decidia; o Sr. José Muniz disse que concordava, mas todo mundo falava que era a Secretária de Finanças; a seguir, com a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo disse que aquela questão era uma equação difícil de fechar e repetiu, novamente, da reunião que tiveram de duas horas e meia naquela Casa com as duas equipes de Saúde do Município que era a ASAMAS e a Rede Pública e que tinha ficado muito claro que os dois teriam que tomar medidas, principalmente de consenso, mas era uma questão de gestão; quando repassava seis milhões e meio, por mês, para uma Instituição, era um dinheiro bastante acentuado sendo mais de sessenta e sete por cento, do Orçamento; então eram necessários ajustes, adequações seja ela de qualquer natureza, de insumos, materiais ou de Pessoal e que tinham que pensar naquilo; então aquela questão era muito importante entender que a questão de Gestão, tinha que vir acima de qualquer coisa; disse ainda que tinham na Instituição vários setores, uma Presidência que tomava as decisões administrativas e gerais da Instituição, Superintendência, Coordenações, Gestão, Gerência, enfim, todos tinham que sentar e conversar e resolver o problema ou então iriam ficar enxugando gelo, tinha duas saídas para o dinheiro, era fácil, ou diminuía gastos ou aumentava a Receita, não tinha outra fórmula, ele não conhecia; aumentar impostos ele era contra, o povo estava de saco cheio de aumentar impostos então, tinha que gerenciar melhor o dinheiro público; a Instituição tinha que sentar e conversar, não dava para tentar resolver todos os problemas do mundo suplementado recurso, a Saúde já tinha o maior Orçamento e que não existia em lugar nenhum do mundo uma Saúde que tenha um Orçamento tão alto como a nossa, era para ser quinze por cento, constitucional, estavam mais que a Educação e todo mundo batia na tecla que a Educação era o futuro do País, estavam consertando a doença e não a solução e se fosse necessário, a Comissão chamaria todo mundo novamente, frente a frente, para resolver porque o povo não podia pagar o preço, não dava para ter fila, problemas, reclamações constantemente, salários altos, não dava tinham que ser equacionados; só para completar disse que tinha que ter um conjunto de ações e, dentre eles, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que tinha que participar do processo, ou trazia mais investimento para a Cidade para aumentar a arrecadação, para ter um caixa maior e poder suplementar mais a Saúde, não adiantava ficar com mimimi, era para trabalhar, trazer empresa

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

para a Cidade, fomentar empreendedorismo, trabalhar outros setores porque daí a arrecadação aumentava e a Saúde poderia receber mais, dava para receber, mas se não trabalhassem aquela equação, e falou que eram um organismo, não braço e perna separados do corpo, daí achava que iria funcionar; só para finalizar disse que tinha que chamar para conversar e a Gestão da Instituição tinha que prevalecer o consenso dela, naquele momento, senão ficariam lá só discutindo problemas e não focado nas soluções; com a palavra o Sr. José Muniz disse que concordava com o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo, mas uma arrecadação de seiscentos milhões de reais e tiver que tirar do povo, daí estariam ferrado mesmo, seiscentos milhões de reais arrecadado na Cidade, queriam arrecadar mais o que?; o Sr. Walter não disse para arrecadar mais e, sim aumentar a Receita do Município para trazer empresas, aumentar o pólo industrial, diminuir o desemprego, fazer a riqueza circular na Cidade, foi aquilo que disse e que imposto, nem pensar, imposto nunca; o Sr. José Muniz disse que com um Orçamento daquele não conseguir dar uma saúde de qualidade, podia parar, estavam lá para ver onde estava indo o Recurso, para resolver os problemas que tinham, e se não conseguir resolver com seiscentos milhões podia parar; o Sr. Walter disse que se não conseguir com cem milhões por ano, não dava para gestar a administração da Entidade, cem milhões, não estava falando de um real não; a seguir, o Sr. José Alaercio de Toledo Lima Junior disse que a decisão final seria política, se o dinheiro vai para um lado ou para outro, quem decidia era o líder maior da cidade, não tinha jeito, era o que foi eleito para decidir, era um decisão política que ficava nas mãos do Prefeito, não tinha jeito; não era o Secretário porque ele trabalhava com o que tinha, e até entendia aquilo muito bem, mas o Secretário tinha que reclamar quando questionado e falar que iria tentar fazer alguma coisa com cinco milhões, mas que talvez não iria conseguir e, se falar daquele jeito ele já ficaria feliz, agora, que era um problema da Gestão da Saúde, claro que era um problema da Saúde e que tinham forças suficiente para fazer pressão sobre o líder político do Município, o líder do Executivo, para conseguir mais dinheiro se fosse necessário, eles tinham força e a repressão, então era com eles; a seguir, o Sr. Presidente da Comissão disse que a questão e aquele era o objeto principal daquela Audiência Pública, e lá não discutiam com achismo, discutiam com números, era evidente que gastavam acima do teto constitucional com a Saúde, era evidente que trinta e três por cento do Orçamento da Cidade, era gasto com Saúde e, se aquilo não estava sendo suficiente, daqui a pouco iriam gastar cinquenta por cento na Saúde, não tinha cabimento aquilo, o problema era evidente e claro, era um



problema de uma Gestão, era um problema de uma Gestão mal feita dos Recursos, era aquilo que estava acontecendo, não tinha outra explicação; outras cidades trabalhavam com uma quantidade menor dos recursos que arrecadavam e faziam uma Saúde eficiente e perguntou porque em Jaguariúna não acontecia, era porque tinha problema de gestão, era simples de ser respondido, logo iriam comprometer todo o Orçamento com Saúde porque ficavam falando que tinha que suplementar, logo não astaltava mais nenhum lugar, não teria mais iluminação, não contratava mais Guarda Municipal, professores, era aquilo; o Sr. José Muniz disse ao Presidente que o engraçado foi quando tiveram a reunião e os números bateram, e o Presidente disse que eles tinham razão, estava faltando dinheiro e o número bateu, então ele não sabia o que o Presidente da Comissão estava pensando; chegou a planilha e falou que estava certo e que bateu, daí viu que estava faltando dois milhões; o Presidente pediu ao Sr. José Muniz, por favor, e que era para discutir com números, no hoje, era para ser simples e objetivo e perguntou se Jaguariúna investia pouco ou muito do Orçamento total em Saúde; novamente com a palavra o Sr. José Muniz disse que Jaguariúna tinha que investir o necessário para a população e o Sr. Presidente perguntou se era pouco ou muito em relação ao Orçamento; o Sr. José Muniz disse que não estava dando e que Jaguariúna não investia só na Saúde, tinha o Esporte, Educação, Cultura e que tinha tudo em Jaguariúna e que não podia comparar com a região; com a palavra a Sra. Secretária que lembrou que no final do ano passado faltou sim, Recurso para o hospital e que foi feito o aditamento o qual a Secretária de Saúde não possuía toda dotação e o Prefeito chamou e determinou e foi repassado mais quatro milhões a mais, fora o Orçamento que a Saúde tinha de outra Secretarias, na realidade, tinham um excesso naquele momento e foi repassado um valor a mais para a Saúde que o Prefeito determinou...foi falado da COVID e a Secretária disse que não, era do aditamento da ASAMAS mesmo; havendo manifestação, a Secretária disse que foi o total repassado para Saúde que foi apresentado no 3º Quadrimestre de dois mil e vinte e um, foi repassado trinta virgula vinte e sete por cento para a Saúde, somando cento e vinte e cinco milhões que eram de auxílio e transferências que veio do Governo Estadual e Federal, sendo daquele total noventa e nove milhões para a ASAMAS; com a palavra a Sra. Ana Paula que perguntou a Secretária se ano passado, fora os cento e sessenta e dois milhões, no fim do ano foram quatro milhões a mais; a Secretária disse que o Orçamento inicial não deu e foram quatro milhões que somaram nos noventa e nove milhões, teve aditamento da COVID, mas no contrato da ASAMAS foi feito o aditamento no final do ano; a



Sra. Ana Paula perguntou a Secretária se os gastos tinha estipulado o que era folha de pagamento, insumo, reforma ou não; a Secretária disse que o hospital tinha uma Comissão de acompanhamento que analisava a prestação de contas e lá era determinado e separado; novamente com a palavra a Sra. Ana Paula perguntou qual gasto era o maior e a Secretária disse que era com Pessoal, o gasto maior do hospital era com Pessoal; com a palavra o Presidente da Comissão que informou que foi protocolado na Casa, por alguns colegas Vereadores, um projeto de lei para ser discutido com relação a emenda impositiva e pediu a Secretária para falar um pouco mais daquela questão e como aquilo deveria ser previsto no Orgamento e qual procedimento que deveria ser feito; a seguir, a Secretária pediu para falar sobre a questão dos valores que foram bem altos do repasse do hospital, do exercício passado e disse que o Município não mediu, naquele momento, esforços e foi feito aditamento e que a maioria, a maior parte deles era de Recurso do Tesouro e não foi do repasse do Governo Estadual e Federal, então o Município nunca mediu esforços na questão da pandemia, então foi repassado o valor suficiente e total e zerado tudo no exercício passado; então a questão que estava acontecendo de algum déficit ou alguma coisa, era nesse ano e que o Município nunca mediu esforços na questão do combate a pandemia e mesmo quando não recebeu nenhum Recurso para a manutenção das UTIs, o Município bancou porque paralisou alguns tipo de serviço; na questão da emenda impositiva disse que era contra, um virgula dois por cento da Receita Corrente Líquida do Município, no total da Receita Corrente Líquida entrava, também a Receita da Jaguarina que somava mais de sessenta milhões; um virgula dois por cento, no hoje, da Receita Corrente Líquida que era baseado na propositura, daí ela tinha que pegar o valor do fechando dos balanços do ano passado, que foi quatrocentos e oitenta e nove milhões da Receita Corrente Líquida, daria cinco milhões, oitocentos e sessenta e oito mil; do valor total, obrigatoriamente metade, cinquenta por cento do valor iria para a Saúde e a outra metade para as demais emendas e disse que, no hoje, o Município vivia uma situação tranquila, dizendo financeiramente, mesmo porque a economia reagiu e que não sabiam o que iria acontecer amanhã ou depois e, uma vez a emenda sendo impositiva teria que cumprilas e se fosse pegar cinco milhões, oitocentos e oito mil, e que fez uma divisão pelos treze Vereadores, daria quatrocentos e cinquenta e um mil, achava alto e que era contra a emenda mas...; a seguir, o Sr. José Alarcio de Toledo Lima Junior disse que uma emenda daquela...daí a Secretária disse que prejudicaria os serviços e o Sr. José Alarcio disse que poderia ir contra, numa direção um



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

pouco diferente e a Secretária disse que, mesmo porque com a emenda não poderia destinar a Despesa de Pessoal, deu um exemplo, pegar o total da emenda e mandar para reajuste, não podia; o Sr. José Alaercio disse que entendeu mas, apesar de ir em direção contrária aos planos da Administração poderia dar um certa liberdade em momentos de crise, deu um exemplo, a ASAMAS estava precisando de dois milhões daí a Secretária de Finanças disse que teria que determinar antes a emenda, a emenda era na elaboração, fixava na elaboração, de um exemplo, quando ia fazer um Orçamento, eles, Vereadores, já faziam a emenda e que já tinha uma destinação, não podia depois mudar a emenda no meio do caminho, suplementar ou mudar a emenda, era fixada, impositiva; o Sr. José Alaercio perguntou se a emenda tinha que ser apresentada no momento do Orçamento e a Secretária disse que sim, no momento do Orçamento, foi lembrado que cinquenta por cento era Saúde e a Secretária disse que era a Saúde; novamente com a palavra o Sr. José Alaercio disse, então, que os valores já eram definidos na elaboração do Orçamento, não podia de uma forma emergencial destinar para a ASAMAS porque estava precisando para cobrir o déficit e a Secretária disse que já estava fixada; com a palavra o Sr. Wilian Barbosa do Morrinho que falou sobre a questão da emenda onde estavam estudando e buscando situações correlatas nos municípios da região e que tinha uma questão que era constitucional que já foi objeto de emenda constitucional e que estavam apenas recepcionando para que ela pudesse ter possibilidade de vigência e com legalidade no município de Jaguariúna, recepcionando ela na LOM; estavam discutindo aquilo apenas porque iriam discutir na reunião de comissões, estariam levantando todas as questões; teve a adesão das assinaturas de alguns Vereadores e que estava aberto a todos porque era uma situação relevante e perene e que acreditava que com aquela situação consolidada, a partir de agora, não só o protagonismo aos atos do Legislativo maior que já tinham, mas também dava uma responsabilidade muito maior nas questões, também de participação na LDO que, muitas vezes, pelo menos para ele, o sentimento era compartilhado pelos demais Vereadores e tinham uma sensação de apenas ser informado do Orçamento que acabava sendo aquilo que vinha do Executivo; então ele sabia que era uma coisa pequena diante do que tinham no Orçamento e, realmente, não dava para ser mais e que estavam seguindo estritamente o que dispõe a Constituição Federal e sabiam que era pequena, em percentual, porém tinha uma relevância e que tinham a possibilidade de estar participando com projetos de relevância, projetos até conjuntos de união da Casa para que pudessem ter, realmente, atendido



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

coisas que as pessoas batiam na mesa e na Tribuna e passava meses e meses e quando sentava, novamente, a questão estava sendo licitada e que iria passar mais meses e meses e, depois voltava achando que iria liberar; então estariam acompanhando, fazer com que tivesse alguns programas ou questões de forma que saíssem de lá e o Prefeito, através do Executivo pudesse ter, realmente, a obrigação e não como uma indicação porque muitas vezes mandava por indicação que, de oitenta a noventa cinco era engavetada, não era atendida, ficava lá e passava; como falou, estava aberto a todos que quisessem assinar e que iriam discutir e acreditava que conseguiria ainda colocar como emenda na mesma lei de diretrizes orçamentárias que seria discutida na próxima reunião de comissões para que pudesse ter a possibilidade de fazer uma próxima lei orçamentária que viria para Casa no segundo semestre; disse que não iria entrar em detalhes e que aquilo não competia aquela Audiência Pública, mas discutir na reunião de comissões que era o local pertinente para debater aquilo; com a palavra a Sra. Secretária que complementou e disse que um vírgula dois por cento da Receita Corrente Líquida, não era pouco Recurso, ela falou o Vereador não estava presente, era de cinco milhões, oitocentos e sessenta e oito mil e que era importante frisar que a Receita Corrente Líquida tinha sessenta milhões, praticamente que era da JaguarPrev, tinha mais sessenta milhões que era Recurso do FUNDEB, mais Recursos de Transporte, merenda, Assistência Social e do Fundo, era tudo aquilo que entrava; então, na realidade, aquele Recurso iria prejudicar bastante o Município porque não tinha só Recurso próprio dentro dos quatrocentos e oitenta e nove milhões, era só para deixar registrado; novamente com a palavra o Sr. Wilian Barbosa do Morrinho disse que como tinham vários municípios com Orçamentos bem menores, proporcional, principalmente ao nosso, já tinham a vigência para daquele tipo de emenda; disse ainda que tinha uma questão e até comentou com o Presidente, em relação a possibilidade de utilização política etc., mas todas as vezes que vinham Secretários, sobretudo na questão do Orçamento que, rogam para que eles, como Vereadores representantes do Legislativo, trouxessem emendas dos Deputados, o Valdir que foi assessor muito tempo, o Waltinho que era um dos que mais recebia através do MDB, então sabiam da importância delas quando outros parlamentares mandavam para o Município, acreditava que todos defendiam os seus Deputados e a lisura das emendas e a necessidade delas e o bom emprego que foi destinado para o Município; daí a Secretária disse que teria que tirar de uma Secretaria e colocar na outra; com a palavra o Sr. Francisco de Souza Campos que complementou o que o Vereador Wilian



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Barbosa do Morrinho já tinha dito e que até conversou com o Presidente da Comissão que iriam projetar os números com base do que aprovaram no PPA, para poder discutir e ter clareza dos números e como Legislativo, de maneira geral, os treze discutirem o que entendiam o que era melhor; então a Comissão faria aquele tipo de trabalho, enfim, para poder discutir com clareza, claro que não precisava ter pressa, iriam discutir com calma como sempre costumavam fazer e agradeceu; a seguir, o Sr. Afonso Lopes da Silva disse que sua opinião era baseada na questão técnica e achava que a questão de números era só fazer a conta onde a Sra. Elisanita – Secretária de Finanças apresentou e, claro, o Recurso que os Vereadores estavam discutindo que era a emenda impositiva, e que a preocupação dele era como a sociedade iria recepcionar aquilo, porque tudo que faziam lá, até porque foram eleitos, tinha que dar satisfação para a sociedade e teriam que ver como seria aquele debate para que não tivesse nenhuma confusão nem ideológica, nem nada, e que a questão dele era exatamente aquela, era saber explicar, debater, para que não tivesse confusão, achava que pleitear um Recurso, ele não sabia se a conta era aquela e pegar todo o valor, até porque ele não tinha conhecimento ou se iria para determinada área; mas a preocupação dele era só com a questão de como a sociedade iria receber aquilo, era uma questão nova, acreditava que nunca teve aquilo na Câmara, então precisava saber como seria feito o debate, aprofundar aquilo para que não criasse nenhuma confusão em relação de como a sociedade iria receber aquilo, a preocupação era aquilo, a questão técnica, era a parte mais fácil; a Secretária disse que era só analisar os valores por Secretaria e ver dentre as Secretarias onde iria tirar os cinco milhões e oitocentos; a seguir, o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo disse que entendeu claramente que a discussão para a CCJ era o primeiro passo para ver a constitucionalidade, os fundamentos e o princípio da legalidade, mas não furtando da discussão que foi levantada naquela noite, iria comungar com o Sr. Afonso Lopes da Silva na mesma linha e que a população tinha que ser consultada sobre o assunto e que já deixava lá propostas de Audiências Públicas e até pediu ao Presidente pensar numa inovação, já que estavam inovando com aquelas propostas, pediu para fazer Audiências Públicas descentralizadas pela Cidade, pegava uma escola, faziam uma noite em determinado bairro ou região para debater o assunto pois, era bem interessante e importante a participação popular tinha que ser respeitada e ouvida já que aquela Casa era o eco e ressonância do povo; então deixou registrado aquela sugestão aos nobres Vereadores; o Vereador Francisco de Souza Campos disse que era super pertinente o que o Walter falou até porque



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

era só ver a quantidade de pessoas que procuravam por eles, diariamente, para fazer as demandas ele, pelo menos, escutava muita reclamação que faltava um pouco de acesso no Executivo dos próprios munícipes, mas que ali a Casa estava aberta e a população comparecia de terça, quarta-feira e que achava muito importante aquela questão e que poderia, inclusive, ganhar com aquilo; com a palavra o Presidente da Comissão disse que diante de todos os termos levantados, diante de toda a discussão feita, agradeceu a todos os presentes, os nobres colegas Vereadores, Secretário Valdir Parisi, Secretária Elisanita, funcionários da Secretaria de Administração e Finanças e aos demais que assistiram pelas redes sociais. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A Ata será anexada ao Processos nº 058/2022, juntamente com CD contendo gravação da referida Audiência Pública.

Vereador Erivelton Marcos Proêncio
Presidente

Vereadora Ana Paula Espina de Souza Muniz
Vice-Presidente

Vereador Francisco de Souza Campos
Secretário